



Índice

- 01** Presidente da Funai se reúne com indígenas tenharim na aldeia Marmelos
- 02** Evento aborda reflexo da mineração e das hidrelétricas na Amazônia
- 03** A questão indígena em Eirunepé
- 04** Reféns do eucalipto
- 05** Inicia amanhã a 43ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima
- 06** Comunidade Quilombola de Jacaré dos Pretos
- 07** Rio dos Macacos: reunião no MPF dá seguimento a negociações entre comunidade e Governo Federal
- 08** O rio São Francisco luta para sobreviver e nós, Vazanteiros e Vazanteiras em Movimento, damos a nossa contribuição: a recuperação de nosso Território Tradicional
- 09** Cancelada – Hoje: Transmissão #DeOlhonosRuralistas 6, às 20h, com Alceu Castilho
- 10** MP consegue liminar contra aumento da cota do reservatório da UHE Santo Antonio
- 11** 1ª Audiência pública da PEC 215 será em Chapecó, Santa Catarina
- 12** Um mês sem resposta: Produtores rurais do sul da Bahia lembraram assassinato de agricultor



- 13** Rio Tocantins sobe e ameaça famílias ribeirinhas
- 14** Pequenos agricultores farão "vaquinha" para impugnar demarcação no sul da Bahia
- 15** Rondônia: Índios e garimpeiros 'reabrem' garimpo de diamantes na reserva Roosevelt
- 16** Promotor quer responsabilizar o Estado pela morte de criança indígena em Barra
- 17** Indígena ateia fogo na casa de irmão e diz não lembrar de nada, em RR
- 18** MEC planeja rede universitária indígena
- 19** Vereador Dario Ramires é atendido na Aldeia Indígena Te'yíKuê
- 20** Atendimento em aldeias indígenas recomeça
- 21** 28 propriedades foram retiradas das terras indígenas Awá-Guajá
- 22** Em Genebra, ativistas alertam para violações contra indígenas brasileiros
- 23** Ministro garante acordo entre agricultores e indígenas
- 24** Filha de menina de dez anos morre asfixiada em hospital indígena
- 25** Justiça impede colheita de soja contaminada na Terra Indígena Maraiwatséde
- 26** Morre filha de indígena de 10 anos que teria sofrido abuso sexual em Dourados
- 27** Justiça manda hidrelétricas do Madeira refazerem estudos de impacto ambiental em Rondônia
- 28** Garimpeiros se aproveitam de políticas governamentais ineficientes e conseguem 'reabrir' garimpo de diamantes na reserva Cinta-Larga
- 29** MPE quer apuração em morte de criança indígena em Mato Grosso



Boletim de Notícias - Edição nº 44./ 2014

Brasília, 11 de março de 2014.

-
- 30** Congresso Indígena Intercultural: Campanha de Artes de Resistência dos Povos do Maraká'nà
 - 31** Prefeito Marcus Alexandre decreta situação de emergência em Rio Branco por causa da cheia



Presidente da Funai se reúne com indígenas tenharim na aldeia Marmelos

SÍTIO AMAZÔNIA REAL, 10.03.2014

A presidente da Funai (Fundação Nacional do Índio), Maria Augusta Assirati, reuniu-se com índios na aldeia Marmelos, na Terra Indígena Tenharim-Marmelos na última sexta-feira (07) para discutir sobre projetos de sustentabilidade e de geração de renda. A terra indígena está localizada entre os municípios de Humaitá e Manicoré, no sul do Amazonas.

Maria Augusta Assirati ficou durante sete horas com indígenas tenharim e jahui no centro cultural instalado dentro da aldeia Marmelos. Cerca de 500 indígenas tenharim e jahui ocuparam o centro cultural durante a reunião.

Foi a primeira vez que a presidente da Funai esteve na Terra Indígena Tenharim-Marmelos desde que os conflitos entre os tenharim e as populações não-indígenas das cidades de Humaitá, Apuí e distrito de Santo Antônio do Matupi explodiram após o desaparecimento de três homens dentro da aldeia Taboca. A população acusava os indígenas de serem os responsáveis pela morte dos homens.

Após investigação, a Polícia Federal concluiu que cinco indígenas mataram Stef Pinheiro, Luciano Freire e Aldeney Salvador em dezembro passado. Os indígenas Gilvan Tenharim, Gilson Tenharim, Domiceno Tenharim, Valdinar Tenharim e Simeão Tenharim estão presos no Centro de Ressocialização do Vale do Guaporé, em Rondônia, desde o final de janeiro.

Segundo Ivanildo Tenharim, Maria Augusta Assirati chegou na aldeia em um helicóptero do Exército, proveniente de Porto Velho (RO). Ela foi acompanhada de dois militares: o comandante da 17ª Brigada de Infantaria de Selva, general André Luiz Novaes Miranda, e do Tenente-Coronel Márcio de Góis Alves, do 54º BIS (Batalhão de Infantaria de Selva), com sede em Humaitá.

"Apresentamos nossas propostas porque ficamos sem renda desde que deixamos de cobrar a taxa na estrada", disse Ivanildo ao Amazônia Real, referindo-se ao pedágio considerado ilegal cobrado pelos índios na BR-230 (Transamazônica). Sem a renda do pedágio, a maioria das famílias está sobrevivendo do benefício do bolsa família.

Um dos projetos apresentados a Maria Augusta Assirati na reunião de sexta-feira foi a retomada da atividade de pesca esportiva praticada por turistas para gerar renda nas aldeias. A pesca esportiva acontecia desde 2005 em uma área do rio Marmelos, nos meses de julho e agosto, mas foi suspensa em 2012. "A empresa responsável pela atividade não queria mais pagar o que havia se comprometido", disse Ivanildo Tenharim.

A pesca esportiva é um dos tantos projetos propostos pelos tenharim e jahui como alternativa de renda desde que a terra indígena foi impactada por atividades como retirada ilegal de

CONT.



madeira e, especialmente, como resultado da construção da Transamazônica. Ele fez parte de um relatório elaborado por uma antropóloga a pedido dos tenharim e encaminhado à Funai há alguns anos. A pesca esportiva vinha sendo realizada, mas sem o licenciamento ambiental do Ibama, apesar do pedido feito pelos indígenas.

“A Funai apenas nos dava uma autorização anual, mas nunca tivemos licenciamento. Agora, nesta reunião, a gente pediu à presidente da Funai que ela agilize esse licenciamento junto ao Ibama. Queremos que a atividade ocorra três vezes ao ano e não apenas em julho e agosto”, disse Ivanildo.

Para não depender apenas da pesca esportiva, os indígenas propuseram à Funai a construção de uma pousada nas proximidades de uma corredeira do rio Marmelos que pode ser utilizada por turistas. Os rendimentos seriam geridos pelos próprios indígenas, por meio de sua associação, sem a intermediação de empresas.

Cientes de que a viabilização de tais projetos não será a curto prazo, os tenharim e jiahui solicitaram outras formas de geração de renda, como a contratação de mais indígenas nos serviços do PrevFogo, do Ibama, atividade que funciona em operação de combate à queimadas na área, além de aumento nos valores do bolsa família, sobretudo entre as famílias onde não há indígenas que trabalham como professor ou agente de saúde.

Conforme Ivanildo, os indígenas acordaram com a presidente da Funai o seguinte: a cobrança do pedágio continua suspensa por mais quatro meses e, neste ínterim, o órgão deve encaminhar periodicamente informações sobre como os projetos estão sendo encaminhados. Uma comissão formada por quatro indígenas tenharim e dois jiahui, incluindo Ivanildo, vai acompanhar o andamento.

“Sabemos que não será rápido. Por isso vamos acompanhar de perto. Suspendemos o pedágio para termos diálogo. Nesses quatro meses, a partir da visita da presidente da Funai, não vamos cobrar nada. A Funai se responsabilizou de articular com outros órgãos, como o Ibama e o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Do MDA queremos encontrar formas de vender nossas atividades extrativistas, como é o caso da castanha”, afirmou.

Maria Augusta Assirati já havia se reunido com um grupo de indígenas tenharim em Manaus, no dia 10 de fevereiro. A reunião aconteceu na sede do Programa Waimiri-Atroari e não na sede da Funai na capital amazonense.

O Amazônia Real entrou em contato na sexta-feira (07) com a assessoria de imprensa da Funai para obter informações sobre a ida da presidente do órgão a TI Tenharim-Marmelos, mas não obteve resposta. Voltou a reiterar o pedido de informações nesta segunda-feira (10), novamente sem retorno.

Rotina

Ivanildo Tenharim deu a entrevista ao Amazônia Real fora da aldeia Marmelos, de celular. O
CONT.



telefone orelhão que funciona na aldeia (o único da terra indígena) continua bloqueado para receber chamadas.

Secretário Municipal de Povos Indígenas de Humaitá, ele saiu da aldeia sozinho, sem escolta, de carona em um veículo da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) que fazia atendimento nas aldeias e que estava atolado na estrada devido a cheia do rio Madeira. Viajou até um determinado trecho da Transamazônica. Devido à alagação da rodovia por causa da cheia, Ivanildo seguiu a viagem em uma voadeira.

Ainda temeroso com a reação dos moradores das cidades vizinhas, ele pediu à reportagem para não revelar sua localização, embora reconheça que o clima hostil contra os indígenas venha diminuindo. "Estive algumas vezes em Humaitá e percebi que a situação está se normalizando. O problema continua em Matupi, onde as pessoas mandam recado, dizem que continuam com raiva da gente".

Ivanildo contou que a Força Nacional de Segurança, que foi enviada no início de janeiro para impedir aumento do conflito, também já saiu da terra indígena. Atualmente, há apenas duas viaturas da Polícia Rodoviária Federal e "alguns soldados do Exército", que permanecem nas proximidades da região de Matupi.

A rotina dos indígenas também, aos poucos, começa a ser como antes. Os alunos do ensino fundamental e médio que estudam nas escolas das aldeias vão iniciar as aulas. Os estudantes (10, no total) da Universidade Estadual do Amazonas (UEA) vão iniciar o período letivo em um cronograma especial estabelecido pela instituição. O mesmo não se pode dizer dos três alunos da Universidade Federal do Amazonas (Ufam). "Eu e mais dois alunos da Ufam ainda não sabemos como será nosso próximo período. A Ufam ainda não informou", disse Ivanildo, que estuda Pedagogia. Dois primos seus fazem Engenharia Ambiental e Química e Biologia.

Indagado sobre como as aldeias estão acompanhando a situação dos cinco indígenas tenharim presos, Ivanildo afirmou apenas que as famílias deles vão toda semana visitá-los e que aguardam as medidas tomadas pela defensoria pública.

Desde que assumiu a defesa dos cinco índios no início de fevereiro, a Defensoria Pública da União (DPU) prepara o habeas corpus para tentar, na justiça federal, tirar os indígenas da prisão. O Amazônia Real apurou que a DPU deverá tomar a medida nesta semana.

No final de fevereiro, a Justiça Federal seguiu manifestação do Ministério Público Federal e prorrogou por mais 30 dias a prisão temporária dos indígenas. A Polícia Federal havia pedido prisão preventiva.



Boletim de Notícias - Edição nº 44./ 2014

Brasília, 11 de março de 2014.

Evento aborda reflexo da mineração e das hidrelétricas na Amazônia

SÍTIO EBC, 10.03.2014

Coordenador do simpósio relata as razões que levaram as diversas instituições envolvidas a criar esse espaço de debate

Em entrevista ao Amazônia Brasileira nesta segunda-feira (10), o coordenador do simpósio sobre mineração e hidrelétricas na Amazônia, Marquinho Mota, revelou as preocupações da população amazônica com o número de projetos de mineração, incluindo a exploração de petróleo e gás de xisto, bem como com a previsão da construção de centenas de novas hidrelétricas de pequeno, médio e grande porte na região.

O seminário acontece num momento propício à reflexão sobre o tema, por conta do que vem acontecendo na Amazônia Ocidental, em particular em Rondônia e no Acre, que sofrem de um alagamento histórico, que pode estar relacionado com a construção das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio. Além disso, foram concedidas, no final de 2013, licenças para prospecção de petróleo e exploração de gás de xisto, como diversas outras concessões de exploração mineral, dentre elas a de Belo Sun. A mineradora canadense recebeu autorização para funcionar praticamente ao lado da hidrelétrica de Belo Monte, o que pode estar causando a chamada sobreposição de impactos na região de Altamira. Confira a entrevista na íntegra!

O Simpósio "Os impactos dos Projetos Econômicos e o Extermínio de Culturas: Energia e Mineração em Terras e Rios dos Povos Originários" acontecerá nos dias 17 e 18 de março, no auditório do "Memorial Darcy Ribeiro – Beijódromo, na Universidade Brasília – UnB.

O programa Amazônia Brasileira vai ao ar de segunda a sexta-feira, a partir das 08h na Rádio Nacional da Amazônia, em rede com a Rádio Nacional do Alto Solimões, onde é transmitido ao vivo às 05h. A apresentação é de Beth Begonha.

Produtor

Beth Begonha



A questão indígena em Eirunepé

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 10.03.2014

Por J. Rosha*

O estado de abandono em que se encontram os indígenas na cidade de Eirunepé (AM) não se resolverá com medidas restritivas ao direito deles de ir e vir, tal como estabelece a Portaria número 02/2014, expedida pelo juiz Lioney Figliuolo Harraquian, titular da Segunda Vara da Fazenda Pública e responsável pela Comarca de Eirunepé. A referida Portaria tem duas determinações: proibir o uso de bebidas alcoólicas e estipula prazo de 48 horas para que a Fundação Nacional do Índio (Funai), sob pena de pesada multa, providencie a remoção dos indígenas de volta às suas aldeias após recebimento dos seus benefícios.

É clara e acertada a preocupação do Juiz em relação aos efeitos do excessivo consumo de bebidas alcoólicas. Porém, de alcance prático limitado. A Coordenação Local da Funai tem solicitado formalmente por reiteradas vezes à Polícia Militar local que haja com rigor contra a venda de bebida aos indígenas, conforme informações do Coordenador, Arquimimo Amaral da Silva. As autoridades policiais da cidade, no entanto, não agem com o devido rigor em relação aos comerciantes.

Segundo Arquimimo Amaral, a permanência prolongada dos indígenas na cidade se deve, dentre outras razões, à ineficiência dos vários órgãos governamentais como as agências do INSS e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), cartório, setor de documentação da polícia civil e outros. "Os indígenas não ficam na cidade porque gostam, mas por necessidades iguais as de todos os cidadãos", afirma ele acrescentando que "é pura verdade: os indígenas estão abandonados. Nós (da Funai), estamos sem perspectiva". Uma das iniciativas em curso para identificar as causas da prolongada permanência deles no local é a realização de um levantamento pela equipe da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai).

A Coordenação Local de Eirunepé tem apenas um funcionário e a obrigação de prestar assistência a 70 aldeias e mais de cinco mil indígenas dos municípios de Eirunepé, Envira, Ipixuna e Itamarati. À falta de funcionários acrescenta-se, ainda, o fato de que não há previsão para realização de concurso público tendo em vista ampliar o quadro de servidores e às dificuldades que poderão vir depois com a confirmação da aposentadoria de cerca de 40% dos efetivos atuais dentro de pouco tempo.

Aos apelos feitos pelo movimento indígena e entidades de apoio para prestar melhor assistência às populações da região, especialmente as que se encontram em situação vulnerável nas cidades do interior, o Poder Público tem se mantido indiferente: é precário o atendimento na saúde e educação e há um grande número de terras aguardando para serem identificadas, demarcadas e regularizadas. Reflexo da negligência dos governos Federal, Estadual e Municipais para com os povos indígenas foi a situação de abandono que resultou nos conflitos em Humaitá no final de 2013 e os eventos recentes verificados em Eirunepé.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 44./ 2014

Brasília, 11 de março de 2014.

Sem dúvida, o alto consumo de bebidas alcoólicas entre os indígenas causa problemas de graves consequências para as comunidades. Essa é uma realidade em, praticamente, todos os municípios e já resultou na morte de muitos por afogamento, brigas e conflitos com madeireiros e pescadores.

Mais do que uma portaria proibindo a venda de bebidas alcoólicas e restringindo o direito de ir e vir dos indígenas, faz-se necessário um esforço de todos os órgãos governamentais, em todas as esferas, para prover essas populações do acesso aos serviços básicos a que eles tem direito, mas que, lamentavelmente, está limitado à letra morta da lei.

-

*J. Rosha é jornalista, da Assessoria de Comunicação do Conselho Indigenista Missionário – CIMI.

[Enviada para Combate Racismo Ambiental por Paulo Daniel Moraes]

Reféns do eucalipto

SÍTIO SÉCULO DIÁRIO, 10.03.2014

O veneno lançado pela Aracruz Celulose sobre os eucaliptais está asfixiando as comunidades quilombolas. Serafim decidiu enfrentar a empresa



Wendson Valentin, 13 anos; Jery Valentin, 18 anos; e Wando Valentim, 13 anos, tiveram o mesmo fim: morreram envenenados. "E minha irmã ficou cega", conta Manoel Pedro Serafim. O quilombola de 62 anos, após casos recorrentes registrados na região norte do Espírito Santo, área dominada por extensos eucaliptais da Aracruz Celulose (Fibria), resolveu encarar a empresa.

As doenças e mortes são o resultado da elevada quantidade de venenos que a Aracruz utiliza na conservação e replantio da monocultura do eucalipto. "É tanto veneno, que existem casos como de uma moça que atravessou os eucaliptos, vindo da cidade para sua casa, e ficou vários dias tremendo. Ela mora aqui na comunidade Nossa Senhora Aparecida. Se quiser ouvir dela o que estou lhe dizendo, levo você lá", atestou Serafim, que é responsável pela criação da Associação dos Pequenos Agricultores Vizinhos dos Empreendimentos Industriais de Conceição da Barra e São Mateus, municípios situados no norte do Estado.

Embora dono de 16 alqueires de terra, área relativamente expressiva para os padrões da região, Serafim não conseguiu proteger sua lavoura dos efeitos nocivos do vizinho indesejável. Como grande parte dos agricultores que insiste em permanecer na região, o veneno tornou sua roça improdutiva.

CONT.



Uma riqueza, porém, Serafim conseguiu preservar: a água. Sua propriedade ainda mantém uma densa cobertura de espécies nativas de Mata Atlântica, uma espécie de oásis em meio ao deserto verde de eucaliptos. O rico bioma mantido por Serafim protege um córrego que nasce em seus domínios e deságua no rio Cricaré, em Conceição da Barra.

Como previu anos atrás o professor de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP), Aziz Ab Saber, as raízes pivotantes do eucalipto, que buscam água em grande profundidade, corrompem o lençol freático. Os reveses são percebidos quando um poço é aberto na região. São necessários mais de 100 metros de profundidade para alcançar a primeira lâmina de água.

A sedenta monocultura do eucalipto já sugou uma centena de córregos na região e reduziu drasticamente o curso das águas de outra centena, além do assoreamento de rios importantes para a população do norte do Estado, como o Itaúnas.

“Se naquele tempo viver na região já estava acima da capacidade do ser humano, agora, com mais essa calamidade do aumento do uso de veneno...O que será de nós se não reagirmos?”, indagou Serafim.

Não há como não entender que a ação dos eucaliptos ultrapassa as previsões e as advertências que fez, em sua época de atuação no mundo científico, o naturalista capixaba Augusto Ruschi. Autor de uma expressão que bem resumiu toda a tragédia que o eucalipto carregou para o Espírito Santo: “deserto verde”.

O naturalista dedicou-se ao exame e aos estudos dos efeitos do plantio do eucalipto no Espírito Santo, assegurando que ele promoveria um verdadeiro desastre ecológico. Como consequência, principalmente, da erradicação violenta das florestas e do emprego farto de eucaliptos, convencido de que a cultura do eucalipto privilegiaria novas pragas.

Os pássaros, que se alimentam de insetos, seriam uma das suas primeiras vítimas, previa Ruschi. Desapareceriam também os mamíferos que comem as aves e os peixes teriam o mesmo destino com o carreamento dos solo envenenado para o leito dos rios.

Na época, Ruschi foi muito preciso quanto aos destinos dos rios e córregos: “Os córregos secarão. O lençol freático foge, tira-se de uma só vez uma imensidão de florestas para plantar eucaliptos. É a alta chuva quem alimenta o lençol freático, que depois vai soltando através dos córregos. Você tira a cobertura natural, entra com o eucalipto que se alimenta de água, cria o elemento primordial para destruição do lençol freático”, alertava o ambientalista.

O que se passa hoje com as comunidades vizinhas dos eucaliptos é um autêntico duelo com a própria existência. Não bastassem terem passados por todos esses ciclos de destruição por causa do eucalipto, a sobrevivência destas comunidades ficou reduzida praticamente ao carvão, como assinala Serafim: “Nos restou ficar com a cara na boca de um forno destruindo a nossa saúde”. E emenda: “Não bastasse tanta desgraça, agora eles vêm com o veneno”.

Veneno

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 44./ 2014

Brasília, 11 de março de 2014.

O uso do veneno nas plantações de eucalipto tem o propósito único de economizar mão de obra. Quando a Aracruz Celulose começou a operar na região, a partir de 1968, chegou a usar cerca de 20 mil homens para capinar a capoeira por entre os eucaliptos. Logo trocava a mão de obra braçal pela capina mecânica e depois pela capina química, feita à base de veneno.

Nesse processo, a empresa extinguiu mais de 19 mil postos de trabalho, passando a executar a tarefa com apenas 800 homens, numa atividade de alto risco à saúde, que deixa o trabalhador em estreito contato com o veneno, que carrega nas costas.

O trabalho insalubre já provocou doenças graves, lesionou e inutilizou um número significativo de trabalhadores. Fora os registros de algumas mortes.

“O veneno sempre esteve presente nos eucaliptais, só que nos últimos seis anos as quantidades vêm se multiplicando. O mais grave é que a empresa conta com total cobertura dos órgãos de controle ambiental, que vão do governo às prefeituras”, denunciou o quilombola.

Entre as doenças provocadas em decorrência da exposição ao veneno, uma forte incidência de glaucoma foi registrada na população de quilombolas. Não há justificativa científica para tantos casos, já que o glaucoma não é uma doença transmissível.

Os altos índices da doença surpreenderam os médicos. Após a análise de cientistas e ambientalistas, entre eles Augusto Ruschi, chegou-se à conclusão que o glaucoma fazia parte de doenças latentes advindas das mudanças climáticas, que formaram o ambiente propício para sua existência.

Quanto à situação atual, Serafim, na condição de representante da Associação dos Pequenos Agricultores Vizinhos dos Empreendimentos Industriais de Conceição da Barra e São Mateus, tentou discutir o problema do veneno com a própria empresa. Ele chamou a atenção para a suspeita de envenenamento dos dois córregos que restam para as comunidades. “Fui despachado na hora pelo indivíduo que a Aracruz mandou me receber. Ele foi direto: ‘Usamos veneno porque podemos’”, disse o representante da Aracruz.

Os dois córregos, defendidos por Serafim, são o Santana e o Lucindo, no município de Conceição da Barra, onde o eucalipto cobre 82% da área rural do município. E eram os últimos ainda em uso. Uma situação dramática. Com a contaminação desses dois córregos, só sobrou o da propriedade do Serafim, mas o acesso a ele é restrito às comunidades que moram nas redondezas.

Em São Mateus, cidade vizinha, a situação também é crítica. O deserto verde da Aracruz já compromete o abastecimento de água no município. A solução paliativa encontrada é recorrer aos caminhões-pipa da prefeitura.

Diante da recusa da Aracruz em abrir um canal de diálogo com a comunidade para discutir o problema do veneno, Serafim recorreu à Ouvidoria Agrária Nacional. Ele pediu ao órgão o exame das águas dos córregos Santana e Lucindo. Em julho de 2012, o ouvidor Gercino José da Silva Filho solicitou ao Departamento de Engenharia Ambiental da Universidade Federal do

CONT.



Espírito Santo (Ufes) que fizesse a análise. A Ufes, porém, recusou-se em atender ao pedido, alegando que não possuía qualquer mecanismo de regulamentação para esse tipo de serviço e que não contava com infraestrutura humana e material para atender à determinação.

Diante da comprometedor recusa da Ufes, o ouvidor incumbiu a análise à Companhia Espírito-Santense de Saneamento (Cesan). Um mês depois da recusa da Ufes, em agosto de 2012, em expediente assinado pelo então presidente da companhia e seu diretor de Meio Ambiente, respectivamente Neivaldo Bragato e Anselmo Tozi, nova recusa, sob a esfarrapada desculpa de que a Cesan não dispunha de equipamentos para executar a análise.

Depois das duas recusas, liberou-se totalmente o uso de veneno. A empresa inovou adaptando tratores para pulverizar com maior volume os seus eucaliptos. Novas consequências foram registradas, como aponta Serafim. E das piores. Por exemplo, os escorpiões, que haviam adaptado o seu metabolismo à existência nos eucaliptos, abandonaram o habitat e procuraram abrigo nas casas do entorno. Não há mais quem não durma à noite sob o pânico de uma iminente ferroadinha. Avolumou-se o número dos que já experimentaram tal dor. Representou também um verdadeiro genocídio à reduzida população de pássaros.

Sob os efeitos do volume do veneno sobre as plantações, Serafim disse que ninguém escapa. Quem não perde tudo, perde no volume da colheita.

Serafim é uma das vítimas de deserto verde. Até a multiplicação do uso do veneno, o quilombola vivia do plantio do coco. Dos 400 pés de coco, confirmou o repórter percorrendo o campo, não sobrou um único coqueiro ativo para contar a história. Serafim disse que os coqueiros envelheceram precocemente. Perguntei se as mortes não se deram em função da idade. "Era tudo coqueiro novo. Veja pelo seu diâmetro. Eles produziam tanto, que eu vivia somente deles. Mas agora...".

Há um diagnóstico científico que corrobora com a perda da fertilidade dos coqueiros de Serafim. O estudo do cientista chileno Rodrigo Catalan comprova que o eucalipto promove a destruição do ecossistema, ocupando solos de florestas nativas e agrícolas. Resultado, se produz menos alimentos.

Catalan afirma que esse processo contribui para o êxodo rural. Ele destaca que a cultura do eucalipto trocou a mão de obra por maquinários em lugares basicamente agrícolas.

Nos países em que o eucalipto foi introduzido, especialmente na América do Sul, Ásia e África, essa monocultura destruiu florestas nativas e terras comunitárias. Com empobrecimento das regiões, perdas de suas terras e de empregos, poluição dos rios, contaminação do ar, da terra e da água. E o êxodo. Situações que são registradas também em um trabalho de Larry Lohman, do The Comer House, da Inglaterra.

Cupim de laboratório

Não bastasse a ruína do veneno, a Aracruz, para reduzir ainda mais o número de braços da cadeia produtiva, desenvolveu em laboratório um cupim transgênico para ajudar na

CONT.



decomposição dos gravetos dos eucaliptos. Na foto abaixo, Serafim exhibe uma casa de cupim transgênico. O exército de cupins deixa, de graça, as árvores limpinhas para a Aracruz

O supercupim é resistente aos coquetéis de veneno lançados sobre os eucaliptais. Além de fazer a "faxina", o cupim transgênico também devora as raízes de outras plantas que tiverem por perto. Seu cardápio predileto tem sido as raízes de mandioca, principal cultura da região.

Grilagem de terras

Além de envenenar o solo e a água, e criar criaturas em laboratório que saem devorando tudo que encontram pela frente, a Aracruz se apropriou ilegalmente das terras quilombolas. A empresa praticamente não precisou empatar seus investimentos na compra de terras para construir esse enorme território que possui hoje.

À época, o então governador Arthur Gerhardt Santos (1971 – 1975), quando ainda era integrante do governo de Christiano Dias Lopes Filho, destinou à empresa os territórios indígenas (Aracruz) e quilombolas (Sapê do Norte).

A região dos eucaliptos no norte do Estado provocou um êxodo de cerca de 50 mil pessoas. A população que restou vive hoje como refém do eucalipto. Nada mais do que um mero rescaldo quilombola.

Os dados disponíveis dão conta que em Conceição da Barra sobraram apenas 175 pequenos agricultores. O município teve uma drástica redução populacional. Em São Mateus, no que concerne à antiga área de pequenos agricultores, a redução de sua população foi também significativa.

Testemunho

Sou um velho repórter que acompanha a história da Aracruz Celulose no Espírito Santo há décadas. Sou do tempo em que o temido major Orlando Cavalcante, capanga da Aracruz, expulsava índios Tupiniquim das áreas griladas pela empresa.

Registrei a derrubada da Mata Atlântica para dar lugar aos seus extensos eucaliptais. Também testemunhei seus descalabros e os seus crimes ecológicos, além da cumplicidade dos governos.

No decorrer das reportagens, passei a lidar com grande parte das lideranças quilombolas, conhecendo melhor essas comunidades.

Ainda não conhecia pessoalmente o Serafim, só de ouvir dizer. O meu primeiro encontro com ele foi na boca de um forno. Ele de calça escura, camisa escura, um negro com pouco menos de um metro e setenta de altura, olhos vivos e sem nenhum temor em atacar o comportamento perverso da Aracruz. Ao contrário, achando que denunciar as mazelas da Aracruz é um desafio a ser encarado.

CONT.



Serafim chegou de volta à região em 1989, a um cenário que o chamava para o confronto. Mas que não havia sido como devia. E que o resultado estaria aí agora. “Perdemos a oportunidade de brigarmos melhor contra o roubo de nossas terras. Mesmo pagando um preço alto, não teríamos chegado ao ponto que chegamos hoje”, lamenta o quilombola.

“Pois não há nenhum de nós que não tenha tido terras roubado pela Aracruz. Do meu pai levaram 105 alqueires. O Pelé (um negro que a Aracruz contratou para ajudar o tenente Merçon na pressão aos quilombolas para tomar suas terras) apanhou a escritura do terreno do meu pai para regularizar e não a devolveu mais. Fomos ao cartório onde a escritura estava registrada e não havia nada. O registro simplesmente sumiu. Todo mundo aqui têm uma história parecida com essa. O que mostra a maneira de agir desta empresa, que agora quer nos asfixiar aos poucos com seu veneno”, desabafa Serafim.

O quilombola conta que tem feito um trabalho forte de militância à frente da associação, e tem procurado outras entidades para fortalecer o grupo de resistência. “Estou fazendo a minha parte, como agora nesta cruzada contra o uso do veneno. Isso é parte de uma luta que não tem hora para acabar”.

Ao me despedir dele, a iluminação dos seus olhos passava a exata noção de um quilombola dentro do ódio das desigualdades contra a voracidade da Aracruz. Como estivesse a pregar um futuro sem os lastros do medo. Encontrei um personagem convencido da necessidade de enfrentar o inimigo que responde pelo nome de Aracruz.

Não há mais tempo para essa luta ser de outro jeito. Do contrário, segundo Serafim, terão que viver sob a permanente intimidação da Polícia Ambiental e do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal (Idaf), que tentam impedir a produção do carvão pelas comunidades. Eles são acossados também pela segurança particular da Aracruz, que a cada dia está mais truculenta. “Se não formos para o confronto, teremos que abandonar nossas terras e engrossar as filas de desempregados na Capital”, adverte Serafim.



Inicia amanhã a 43ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 10.02.2014

Local da Assembleia, Centro Regional Lago Caracaranã, TI Raposa Serra do Sol

ASCOM/CIR

Desde o final de semana, lideranças indígenas de todas as regiões do Estado chegam ao Centro Regional Lago Caracaranã, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, para participar da 43ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima, que inicia amanhã, 11 e terminará na sexta-feira, 14. A realização é do Conselho Indígena de Roraima(CIR).

A Assembleia que vem com o tema “enfrentando os desafios, com união, trabalho e articulação de todos” tem a perspectiva de reunir mil participantes, entre lideranças indígenas e convidados. O evento, esse ano, vai recepcionar o Presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, Padre Tom (PT/RR), com presença confirmada para amanhã, 11, na abertura oficial do evento e a Presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Maria Augusta Assirati, no dia 12, além de outros representantes de órgãos federais.

A abertura do evento será às 8h, com apresentação das regiões e os demais participantes. No período da tarde, haverá a apresentação dos resultados do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) e informes da situação fundiária nas terras indígenas.

A programação segue no dia 12, com os temas “valorização e fortalecimento das práticas sustentáveis das comunidades indígenas” e “análise jurídica e política da decisão das 19 Condicionantes sobre o caso da Terra Indígena Raposa Serra do Sol”.

No dia 13, com a presença de representantes da Secretaria de Educação, Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), a programação será específica para discutir problemas relacionados à saúde e educação escolar indígena, que ultimamente tem sido alvo de constantes reclamações, principalmente a saúde dos povos indígenas.

O último dia, 14, considerando o ano eleitoral, as lideranças indígenas vão debater o tema sobre política partidária e voto limpo.

Encerrando a 43ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima, após os três dias de debate e esclarecimentos, as lideranças vão discutir e apresentar as propostas para 2014. Propostas que serão levadas à plenária para apreciação e aprovação. Ao final, com é tradicional, será elaborado um documento com as principais reivindicações e encaminhamentos da Assembleia.



Comunidade Quilombola de Jacaré dos Pretos
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 10.02.2014

Por Mayron Borges para Combate Racismo Ambiental

Quem frequenta, em grande maioria, as reuniões em Jacaré dos Pretos, comunidade quilombola do município de Icatu, são as mulheres. Mulheres jovens e idosas. Donas de casa e trabalhadoras rurais. A dona Lucimar da Conceição Costa participou de várias capacitações sobre meio ambiente. Para ela, a palestra é muito importante para todos os moradores que tenham consciência, pois com a palestra se sabe onde roçar e como queimar os roçados, e não roçar as margens dos rios, caso façam roça os rios vão secar.

A dona Heloisa comentou de uma vez em que visitando a beira do rio se surpreendeu com um imenso desmatamento e as juçareiras queimadas. Os seus parentes fizeram o serviço. A área desmatada era de sua avó. A juçara se apresenta como uma das principais fontes de vitaminas para as comunidades tradicionais e Jacaré dos Pretos não é diferente. As juçareiras cobrem todas as margens do rio. Pediu-se que as pessoas escrevessem as espécies frutíferas que podem ser encontradas em Jacaré. Simplesmente, as pessoas se esqueceram de incluir juçara. Antes e durante a oficina de capacitação em meio ambiente, os moradores de Jacaré ressaltavam o quanto as juçareiras tem diminuído.

Soa inacreditável que uma espécie tão importante para a alimentação humana e para a conservação dos recursos hídricos como a juçara perca espaço no cotidiano e na memória das pessoas. Sobre isso, uma das moradoras comentou que aqueles que destroem a Juçara destroem a si mesmos e também destroem os demais. A dona Irene tratou desse assunto quando disse que várias pessoas de Jacaré comprem juçara de lugares próximos em vez de comprarem na própria comunidade. No dia anterior, a dona Irene amassou sementes de juçara para tirar uns dois litros. Os seus sobrinhos menores repetiram inúmeras vezes depois que começaram a beber.

Ela não jogou fora ou em qualquer lugar as sementes de juçara. Próximo a sua casa existe uma área que enche de água em tempo de chuva e nesse lugar ela distribuiu a semente. Os moradores de Jacaré são bem informados com relação a vários assuntos, entre os quais meio ambiente e produção. Eles acolhem as informações, mas acolhem tão bem que essas informações ficam guardadas no seu intimo. As mulheres participaram de capacitações de todo o tipo. O problema é que elas e eles não põem em prática. Os moradores desmatam para roçar uma área ou para tirar madeira e ninguém se preocupa em reflorestar a área.

Houve uma época em que gente de tudo quanto é lado entrava em Jacaré para cortar madeira e sem pedir permissão para a comunidade. Essa terra não tem dono, é de todo mundo, alguns repetem. A partir do momento em que o Incra e o Aconerug começaram a repassar informações sobre a questão ambiental e a questão fundiária, essa realidade mudou. Com conflitos, é claro.

CONT.



Alguns moradores ainda acham que podem roçar e queimar as cabeceiras das fontes de água. Os moradores se mostram indignados pela situação de uma das principais fontes. As mães se cansaram de dizer aos filhos para não irem para o meio da fonte. Qual foi a mãe que não fez isso em algum momento da sua vida? Com os desmatamentos das margens e das áreas de captação, o nível das fontes diminuiu. Além disso, as pessoas usam a água para todos os fins, principalmente, lavar roupa e nessa utilização largam roupas velhas e recipientes de plásticos. O lixo vai se acumulando.

As mulheres de Jacaré formaram grupos de meio ambiente para recolher o material que as pessoas deixam próximo e dentro das fontes de água. A dona Natalina saiu de sua casa para falar um pouco da situação da principal fonte de Jacaré. Ela tinha acabado de chegar de lá onde lavava sua roupa. Para o uso doméstico ela se vale da água do poço construído por sua irmã. A lembrança da água de boa qualidade ressurgiu. Era uma água azul. Os moradores de Jacaré não se defrontam com falta de água como acontece com outras comunidades e com outros municípios do Maranhão e do Brasil. Entretanto, os invernos entre 2012 e 2013 foram fracos. A diminuição do regime das chuvas acarreta a diminuição do volume da água nas fontes. Explicou-se que a mudança de clima que eles sentem na falta de chuvas decorre do modelo de produção que a humanidade implanta desde os primeiros anos de sua existência e que mais, recentemente, intensifica-se com o maior consumo de carne e de combustíveis fósseis.

O consumo de carne de gado e de combustíveis fósseis fazem com que as pessoas se vejam de e vejam os outros de forma diferente. Algum dia, o ser humano já foi coletor de frutas. Deixou de ser coletor para se tornar lavrador e carnívoro e assim começou a desmatar e a urbanizar o planeta. A juçara é a principal fruta da comunidade de Jacaré dos pretos. Existem muitas outras como o murici, a bacaba, a mangaba, o bacuri. A Maçã, sobrinha de dona Irene e de seu Janjão, lideranças da comunidade, vende a polpa de murici. Ela notou que as frutas se estragavam no chão e isso a motivou a querer aproveitar o murici. Um dia antes da oficina de capacitação, ela enviou vários quilos de polpa para seus parentes em São Luís. O que falta mesmo é um freezer para guardar a polpa.



Rio dos Macacos: reunião no MPF dá seguimento a negociações entre comunidade e Governo Federal

SÍTIO PR/BA, 10.03.2014

Previsto para as 14h desta terça-feira, em Salvador, evento dá seguimento às negociações para a demarcação do território, iniciadas na audiência pública realizada pelo MPF em 2013.

Na próxima terça-feira, 11 de março, o Ministério Público Federal (MPF) na Bahia sediará reunião entre o Ministério da Defesa e a comunidade quilombola Rio dos Macacos, situada na Base Naval de Aratu, no município de Simões Filho/BA. O evento, previsto para ter início às 14h, na sede do órgão em Salvador, dá seguimento às negociações para a demarcação do território iniciadas na audiência pública realizada pelo MPF em outubro de 2013.

Por parte do MPF, participam da reunião o procurador Regional dos Direitos do Cidadão Leandro Bastos Nunes, que acompanha o caso na Bahia, e o procurador da República Walter Claudius, da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão. Além dos representantes da comunidade e do chefe do gabinete do ministro da Defesa, Antônio Thomaz Lessa, a reunião deverá contar com a presença de representantes da Secretaria Estadual de Promoção da Igualdade Racial, da Secretaria Nacional de Articulação Social da Presidência da República, da Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais, da Defensoria Pública da União e da Marinha.

6ª CCR - A 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF é um órgão setorial de coordenação, de integração e de revisão do exercício funcional dos Procuradores da República, nos temas relativos aos povos indígenas e outras minorias étnicas.

Saiba mais sobre o caso conferindo as notícias divulgadas pelo MPF:

Rio dos Macacos: MPF/BA recomenda à Marinha cumprimento de medidas que beneficiam quilombolas

MPF/BA recomenda remoção de militares envolvidos em supostas agressões a quilombolas de Rio dos Macacos

MPF/BA investiga supostas agressões a moradores da comunidade quilombola Rio dos Macacos

MPF recomenda que Incra publique RTID da comunidade quilombola Rio dos Macacos

Rio dos Macacos: comunidade deve elaborar contraproposta para delimitação de território quilombola com apoio da União e do MPF

MPF realiza audiência pública sobre comunidade quilombola Rio dos Macacos nesta quarta-feira (23), em Salvador

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 44./ 2014

Brasília, 11 de março de 2014.

Audiência pública sobre comunidade quilombola Rio dos Macacos será realizada no MPF/BA

MPF convoca população para audiência pública sobre comunidade quilombola Rio dos Macacos, situada em Simões Filho/BA

MPF quer reforma de sentença que determina que comunidade quilombola desocupe terras ocupadas pela Marinha do Brasil

Interesse Público: MPF defende direito de comunidade quilombola na Bahia

MPF/BA visita a comunidade quilombola Rio dos Macacos

Assessoria de Comunicação
Ministério Público Federal na Bahia
Tel.: (71) 3617- 2295/2296/2299/2474/2200
E-mail: ascom@prba.mpf.gov.br
www.twitter.com/mpf_ba

O rio São Francisco luta para sobreviver e nós, Vazanteiros e Vazanteiras em Movimento, damos a nossa contribuição: a recuperação de nosso Território Tradicional

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 10.03.2014



Imagem: Vazanteiros em Movimento

Na madrugada do dia 08 de Março de 2014, Dia Internacional de luta das mulheres trabalhadoras, nós, Vazanteiras e Vazanteiros da Ilha da Maria Preta do município de Itacarambí, Norte de Minas Gerais, retomamos o nosso território. Somos 140 famílias vazanteiras e estamos retornando à antiga Fazenda da Ilha, situada na margem direita do rio São Francisco. Há muitos anos viemos denunciando a degradação do nosso rio, das lagoas marginais, a destruição de nossas lavouras e a violência com que somos tratados. Recorremos aos órgãos públicos, municipais e Estadual, e o que vemos até hoje é o silêncio e a omissão das autoridades.

Nosso território tradicional foi tomado, primeiro pelas fazendas e empresas que nos expulsaram para as ilhas e margens do rio São Francisco. Depois a política econômica e ambiental do Governo de Minas e União que viabilizou a implantação do Projeto Jaíba, a destruição de dezenas de milhares de ha de Mata Seca, e implantou, sobre o nosso território tradicional, Unidades de Conservação como compensação ambiental. Hoje vivemos encurralados, dentro da APA Sabonetal, entre o Projeto Jaíba e o Rio São Francisco.

Nós, vazanteiros e vazanteiras da Ilha da Maria Preta, vivemos a muitas gerações convivendo

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 44./ 2014

Brasília, 11 de março de 2014.

com o rio São Francisco e tirando o nosso sustento, abastecendo a feira livre, os moradores da vizinhança, e mantendo nossas tradições herdadas de nossos pais, avós e bisavós, do cultivo dos lameiros das vazantes, do roçado da terra alta, da pesca e criação de animais. Hoje vivemos oprimidos, ameaçados e encurralados. O rio São Francisco está morrendo, as lagoas secando, as matas acabando. Por isso lançamos à sociedade de Minas Gerais e do Brasil, aos governos municipais, estadual e federal o nosso grito, retornando a uma parte de nosso antigo território.

Sabemos de nossos direitos, conferidos pela Convenção 169 da OIT, pelos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988 e artigo 68 do ADCT, pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação, pelo Decreto Federal 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que regulamenta a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais e agora pela Lei Estadual 21.147, de 14 de janeiro de 2014 que Institui a Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais.

Exigimos de imediato:

O reconhecimento da anterioridade de direitos de domínio da comunidade tradicional vazanteira sobre o nosso território;

Destinação imediata das áreas da União do Rio São Francisco para as 150 famílias vazanteiras da Ilha da Maria Preta e para todas as outras comunidades vazanteiras.

Realização pela SPU e pelo INCRA- MG, em conformidade com a legislação em vigor, de delimitação das terras da União e desapropriação das terras altas visando implantação de um (PAE), Projeto de Assentamento Agroextrativista Vazanteiro. De imediato, mediante a outorga de Termo de Autorização de Uso Sustentável – TAUS, a ser conferido pela SPU de acordo com a Portaria 89 de 15 de abril de 2010, a destinação das áreas da marinha para nossas famílias, visando o ordenamento e uso racional e sustentável dos recursos naturais onde vivemos;

A imediata Revitalização Popular do rio São Francisco, conforme apresentado pela Articulação Popular São Francisco Vivo!

Portanto, buscando evitar maiores conflitos, solicitamos com urgência a intervenção dos órgãos do Governo do Estado de Minas Gerais e da União. Na certeza e esperança de sermos atendidos ficamos aguardando resposta.

Associação dos Vazanteiros do Município de Itacarambí – MG

Vazanteiros em Movimento

Comissão Pastoral da Terra

Itacarambí, Minas Gerais, aos 10 de Março de 2014



Boletim de Notícias - Edição nº 44./ 2014

Brasília, 11 de março de 2014.

Cancelada – Hoje: Transmissão #DeOlhonosRuralistas 6, às 20h, com Alceu Castilho
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 10.03.2014

AVISO IMPORTANTE: Amig@s, devido a um problema técnico com nosso novo equipamento teremos que CANCELAR A TRANSMISSÃO DE HOJE. Pedimos desculpas pelo transtorno e divulgaremos a nova data da transmissão o mais rápido possível. Ass: Movimento Brasil pelas Florestas.

Entre os temas de hoje estão, mais uma vez, os indígenas. Conflitos no Maranhão, na Bahia, Amazonas, Mato Grosso. Qual o papel da imprensa no amortecimento desses conflitos? Vamos falar de agrotóxicos: o TCU foi visitar a Anvisa e descobriu práticas esquisitas de fiscalização. Vamos também falar de política. Da tentativa da bancada ruralista de modificar o Código Florestal. De Lula e Blairo Maggi em Cuba, de Dilma Rousseff e Kátia Abreu: será mesmo que o agronegócio venceu?

O programa jornalístico, quinzenal, é um observatório do agronegócio e da política no Brasil. Análise de notícias e informações com ênfase nos impactos sociais e ambientais. O outro lado das notícias ruralistas.

O link será divulgado na página do evento, poucos minutos antes. Haverá também informações e interação pelo twitter: endereço @deolhonoagro, perfil DeOlhonosRuralistas. <https://twitter.com/deolhonoagro>.

Nesta transmissão contaremos com a presença de dois convidados em nossa "bancada socioambiental":

-> Nicole Figueiredo De Oliveira ativista da 350.org Brasil

->Representante do projeto Índio é nós

Edição e apresentação: Alceu Castilho, jornalista e autor do livro Partido da Terra, como os políticos conquistam o território brasileiro" (Editora Contexto, 2012).

Transmissão e produção: Movimento Brasil pelas Florestas.

Ah! Os programas anteriores estão disponível no Youtube, na íntegra, no Canal Socionautas.



MP consegue liminar contra aumento da cota do reservatório da UHE Santo Antonio
SÍTIO CANAL ENERGIA, 10.03.2014

Entidade quer novas audiências públicas para que todas as comunidades afetadas participem das discussões

O Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual de Rondônia obtiveram na Justiça Federal uma liminar que impede o Ibama de autorizar o aumento da cota do reservatório da usina de Santo Antônio (3.568 MW). A decisão judicial atendeu ao pedido dos MPs para que a elevação da área alagada só fosse permitida quando as comunidades afetadas tivessem oportunidade de participar de novas audiências públicas em suas localidades.

Em dezembro do ano passado, o MPF e o MP/RO questionaram na Justiça a falta de publicidade da audiência pública sobre a elevação da cota da usina de Santo Antônio. Entretanto, a Justiça negou o pedido e a audiência foi realizada no dia 18 de dezembro, em Porto Velho. Em seguida, os MPs entraram com nova ação pedindo outras audiências públicas nas comunidades remanescentes ou, ao menos, em alguns centros, permitindo que todos os afetados participem das discussões. A UHE Santo Antônio pretende aumentar sua cota do reservatório de 70,5 metros para 71,3 metros.

Os MPs alegaram na ação que não foi respeitado o prazo de 45 dias definidos pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente para disponibilização e conhecimento dos estudos sobre a elevação da cota do rio Madeira. Além disso, a população das vilas localizadas acima e abaixo da barragem de Santo Antônio não foram informadas da audiência pública, assim como as comunidades indígenas.



1ª Audiência pública da PEC 215 será em Chapecó, Santa Catarina

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 10.03.2014

A comissão especial que estuda uma proposta sobre demarcação de terras indígenas estará, nesta sexta-feira (14), em Chapecó (SC) para ouvir prefeitos e vereadores de áreas atingidas e caciques de reservas indígenas.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/00, em análise na comissão especial, submete ao Congresso Nacional a decisão final sobre as demarcações de áreas indígenas e de conservação ambiental. Atualmente, esses procedimentos são executados pelo Poder Executivo, em decisões dos ministérios da Justiça e de Meio Ambiente.

Também participarão do encontro o relator da PEC, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), o juiz federal Narciso Leandro Xavier Baez, advogados de áreas que podem ser destinadas aos índios e sindicatos.

O debate foi proposto pelo deputado Valdir Colatto (PMDB-SC), integrante da comissão especial. Ele critica a desapropriação de terras de produtores rurais que produzem e trabalham, desrespeitando os títulos legais e o direito de propriedade. De acordo com Colatto, "não se questiona que as terras indígenas, de que trata a Constituição de 1988, pertençam aos índios antes de 5/10/88. Entretanto, em relação àquelas que são dos produtores, há que ser aplicado o mesmo direito e a legitimidade, preservando o direito de propriedade".

Ainda segundo Colatto, as áreas indígenas ocupam 13% do território brasileiro e a Funai pretende criar mais 611 reservas, o que deixará 25% das terras brasileiras nas mãos dos índios. Em Santa Catarina, 26 áreas estão em processo de estudo e ocupação.

A reunião em Chapecó será realizada na sede da AARA Cooperalfa das 14 às 18 horas.

Fonte: Agência CD

Visite a página do evento no facebook criada pela equipe do #Qi:
<https://www.facebook.com/events/635458056509730/>



Um mês sem resposta: Produtores rurais do sul da Bahia lembraram assassinato de agricultor

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 10.03.2014

Pequenos produtores dos municípios de Ilhéus, Una e Buerarema, no sul da Bahia se reuniram neste domingo (9), na sede do Sindicato Rural de Ilhéus. Os agricultores discutiram questões relacionadas ao processo de demarcação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença que pode expulsá-los de uma área de 47,3 mil hectares.

Além disso, os produtores definiram também um plano de ação para cobrar respostas do governo para o assassinato do agricultor Juraci Santana. Juraci, que era assentado da reforma agrária, foi executado a tiros dentro do Assentamento Ipiranga onde morava no dia 11 de fevereiro. O agricultor vinha sofrendo ameaças da milícias de indigenóides tupinambá para que se autodeclarasse índios e apoiasse a demarcação da Funai. Juraci era contra a demarcação.

O esquema de cooptação para que pessoas comuns se declarem índios com o objetivo de receber benefícios do Governo foi denunciado recentemente em matéria da TV Band (Veja AQUI). No próximo dia 11 o assassinato de Juraci completará sem que qualquer dos acusados fosse preso. O crime foi cometido na presença da mulher e da filha da vítima.

Rio Tocantins sobe e ameaça famílias ribeirinhas

SÍTIO IMIRANTE, 11.03.2014

De acordo a Defesa Civil, o nível está acima do normal, 6,40 metros.

IMPERATRIZ – O rio Tocantins voltou a subir e deixar os ribeirinhos de Imperatriz em situação de alerta. De acordo com o superintendente municipal da Defesa Civil, Francisco das Chagas Silva, o rio encontra-se com 6,40 metros acima do normal.

“As constantes chuvas na região vêm atingindo as áreas onde ficam os riachos e as cabeceiras do rio Tocantins”, afirma Chico Plantalto como é conhecido.



De acordo a Defesa Civil, o nível está acima do normal, 6,40 metros.. (Foto: Diana Cardoso/ Imirante Imperatriz)

Segundo levantamento da Defesa Civil, existem cerca de 450 famílias que moram em áreas ribeirinhas, sendo os seguintes bairros: Vila Leandra, Bairro da Caema, Beira Rio, Porto das Balsas e Areial. “Estas famílias correm o risco de serem desabrigadas. Mas a estrutura do Parque de Exposições Lourenço Viera da Silva já estar pronta para receber os moradores caso tenham que sair de suas casas”, ressalta, o superintendente.

Agentes da Defesa Civil estão visitando as famílias e alertando para suspender os móveis em suas residências.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 44./ 2014

Brasília, 11 de março de 2014.

No Porto das Balsas o transporte de passageiros e automóveis de Imperatriz (MA) e São Miguel (TO) continua sendo realizado. Se água continuar subindo, nas próximas horas a Balsa pode ser transferida para o Cais do Porto.



Pequenos agricultores farão "vaquinha" para impugnar demarcação no sul da Bahia
SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 11.03.2014

Uma assembleia de pequenos agricultores rurais, na manhã do último domingo (9), na sede do Sindicato Rural de Ilhéus, decidiu pelo ingresso, na Justiça Federal, de uma ação de anulação do processo de demarcação da reserva indígena Tupinambá de Olivença que abrange os municípios de Buerarema, Ilhéus e Una. Os pequenos produtores farão uma vaquinha para contratar um escritório especializado de advocacia em Brasília para preparar e acompanhar a ação. O próprio Ministério da Justiça reconheceu inconsistências no laudo que demarcou a TI Tupinambá de Olivença e devolveu o documento à Funai para que seja refeito.

A reunião, promovida pela Associação dos Pequenos Produtores de Ilhéus, Una e Buerarema, também deliberou pela manutenção e intensificação da mobilização contra a demarcação da reserva, e para cobrar agilidade na apuração do assassinato do agricultor Juraci José dos Santos Santana, morto no dia 11 de fevereiro dentro de sua residência em um dos quatro assentamentos da reforma agrária incluídos pela Funai na área demarcada.

Os pequenos produtores ameaçados pela Funai promoverão eventos, como bingos e sorteios, além de incentivar a doação direta para arrecadar pelo menos R\$ 200 mil para custear a ação.

O deputado Geraldo Simões, do PT da Bahia, participou da reunião e observou que o processo tem avançado em várias frentes em favor da revisão da demarcação, mas afirma que as deliberações desse domingo vão ajudar. "O processo de demarcação da área e criação da reserva foi devolvido para novo estudo pela Funai, o que já indica que o governo reconhece que há inconsistências", disse o Deputado.

Simões assumiu o compromisso levar o pleito dos agricultores ao poder Executivo federal e estadual. "Assumo o compromisso de levar à presidenta Dilma e ao governador Wagner a necessidade de maior agilidade na definição desse processo. Ao mesmo tempo, vou continuar cobrando celeridade na investigação do assassinato de Juraci".

Por diversas vezes, agricultores, companheiros de Juraci Santana, se manifestaram no plenário, emocionados com a lembrança da tragédia. O presidente da associação dos pequenos produtores, Abiel Santos, disse que a associação promoverá uma grande manifestação na praça central de Buerarema na qual pretende reunir pelo menos 10 mil pessoas. "Vamos pedir justiça para o assassinato de Juraci. Estamos mobilizando pessoas das regiões sul, extremo-sul e sudoeste. Todas essas localidades estão sob ameaça dessa onda de invasões que estamos vivendo em nossa região", disse Santos.



Rondônia: Índios e garimpeiros 'reabrem' garimpo de diamantes na reserva Roosevelt
SÍTIO GAZETA CENTRAL, 11.03.2014

Numa porção da floresta Amazônica onde pode estar uma importante jazida de diamantes, índios e garimpeiros refizeram uma lucrativa parceria para extrair e vender as pedras de maneira ilegal.

A atividade foi retomada no fim do ano passado na Terra Indígena Roosevelt, uma área que se estende por Rondônia e Mato Grosso. Há dez anos, 29 garimpeiros foram assassinados na região em meio a desentendimentos com os índios por causa do tesouro que aflora nessas terras.

O que sai da região tem um destino conhecido de autoridades: o comércio internacional ilegal de diamantes. As suspeitas são de que as pedras de Roosevelt acabem chegando às mãos de compradores na Bélgica, Emirados Árabes Unidos, EUA, Índia e Israel, centros de lapidação e comércio de diamantes. É uma longa cadeia ilícita, da qual em geral participam doleiros, contrabandistas, empresas de fachada e, por vezes, agentes da lei.

A situação de Roosevelt é delicada para o Brasil. O país é participante do Sistema de Certificação do Processo Kimberley, que regulamenta, com a chancela da ONU, o comércio internacional dos diamantes brutos e exige de seus signatários medidas para garantir que suas pedras sejam extraídas somente de áreas legalizadas. Diamantes brutos só podem sair do país com certificado Kimberley, emitidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Se forem de áreas não legalizadas, não são, em tese, certificados.

Autoridades brasileiras veem Roosevelt com dupla preocupação. Primeiro porque mineração em terra indígenas é proibida no país e o caso expõe a dificuldade do Estado de evitar que parte dos diamantes brasileiros continue sendo extraída e comercializados de maneira ilícita. A segunda preocupação é com a segurança.

"O momento é o pior possível. Talvez até pior do que era há dez anos, no auge do garimpo", disse na sede do Ministério Público Federal em Porto Velho o procurador da República em Rondônia, Reginaldo Pereira Trindade.

"O contexto de violência em Roosevelt ainda está presente como naquela época das mortes, mas como a questão parece ter esfriado o governo está muito mais desinteressado". Para ele, o risco é de novos conflitos levarem índios e garimpeiros a se matarem por causa dos diamantes. "Basta que alguém risque um palito de fósforo para que esse barril de pólvora, que está aí latente, exploda."

Um intermediário na venda de diamantes contou à reportagem, sob a condição de não ter seu nome divulgado, que viu em janeiro no garimpo, índios armados e um ambiente hostil com os garimpeiros que trabalham e dormem no garimpo. "O clima estava estranho", definiu ele.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 44./ 2014

Brasília, 11 de março de 2014.

Desde 2004 - quando em abril os 29 corpos foram encontrados -, a Polícia Federal mantém vigilância no entorno de Roosevelt para evitar a entrada de máquinas e garimpeiros e para garantir a paz na terra indígena e nas cidades próximas. Em dez anos, a Operação Roosevelt reduziu, mas nunca barrou de vez a extração ilegal de diamantes na região.

A Terra Indígena Roosevelt é uma das quatro áreas reservadas aos índios cinta-larga entre o sudeste de Rondônia e o noroeste do Mato Grosso. Roosevelt tem 230,8 mil hectares. Todo o território cinta-larga, 2,7 milhões de hectares - o equivalente ao Estado de Sergipe. São entre 2.000 a 2.500 índios. A Operação Roosevelt tem menos de 60 homens e seis bases no entorno da terra.

O Valor esteve na última semana de janeiro em uma das principais aldeias dos cinta-larga: a aldeia Roosevelt. De Cacoal, no sudeste de Rondônia, até lá são quatro horas de viagem. O cacique é Daniel Rondon, quase 50 anos, sisudo e com português carregado de sotaque de sua língua materna, o tupi mondé.

A corrida aos diamantes de Roosevelt começou em 1999. Entre 2003 e 2004, de 4 mil e 5 mil homens trabalharam na clareira

"A cada 15 a 20 dias, cada família [que controla um pedaço de terra nas margens do igarapé Lajes, onde está a clareira do garimpo] recebe R\$ 10 mil, R\$ 15 mil. É mais ou menos 20% das vendas", explicou ele na varanda de um casa de alvenaria espaçosa e muito simples a poucos metros das margens do Rio Roosevelt.

De 20% a 25% sobre a venda dos diamantes são o que, em geral, os índios têm recebido por "liberar" a mineração em Roosevelt para garimpeiros, segundo Rondon e outros cinta-larga.

A aldeia Roosevelt parece um pequeno e pobre bairro rural. Não tem ocas, mas 40 casas padronizadas com paredes pintadas de branco e manchadas de terra e outras poucas construções. Tudo com verba do governo federal. Nas cidades próximas à Roosevelt, o relato frequente é que algumas poucas lideranças ficam com o grosso do dinheiro dos diamantes e que o desperdiçam em noitadas, bebida, prostitutas e motos e carros.

Em 2010, a Fundação Nacional do Índio (Funai) firmou uma parceria com os cinta-larga para encerrar a atividade garimpeira. À Funai caberia reforçar as ações de ajuda à população de Roosevelt além de pagar a cada família que atuasse como polícia indígena, para impedir o garimpo. O valor pago a cada indígena pelo Projeto Lajes chegou a R\$ 1.500 por mês. Com o acordo, o garimpo foi "oficialmente" fechado pelos índios em 2010. Em 2012, houve um repique e a PF destruiu com explosivos máquinas no garimpo.

"No primeiro momento a gente avançou, mas depois a gente passou a não ter mais estrutura, dinheiro", disse Urariwe Suruí coordenador regional da Funai em Cacoal. Houve também, disse, problemas entre os cinta-larga por conta de quem as lideranças escolhiam ou deixavam de escolher para a função remunerada a cada mês do Projeto Lajes. "[O projeto] acabou em

CONT.



outubro passado. Eles disseram que não queriam mais. E aí o garimpo voltou com tudo", diz o jovem suruí.

Líderes cinta-larga usam um único argumento para justificar a extração ilegal de diamantes: o governo não os ajuda a ter projetos agrícolas rentáveis e sustentáveis e as famílias cinta-larga se envolvem com o garimpo para comprar alimentos, remédios, roupas, carros para transporte de doentes, combustível e também TV com canais por assinatura, celular, moto e tudo o que aprenderam a consumir desde os primeiros contatos com o mundo exterior nos anos 60.

"O que acontece é que tem tanta reunião, reivindicação e o governo demora para atender. Aí os índios falam 'não vamos esperar mais o governo, não'", resume Nacoça Pio Cinta-Larga, de 55 anos, um dos líderes locais, ao falar da reabertura do garimpo.

Os garimpeiros usam resumidoras, um tipo de esteira para bater o cascalho, e bombas de água. Rondon diz que o movimento no garimpo caiu um pouco. "Tinha 30 máquinas e agora, 19."

A reportagem não chegou ao garimpo do Lajes, o principal de Roosevelt, que fica numa clareira que de ponta a ponta, segundo a PF, tem quatro quilômetros. Uma ilha de lama no meio da floresta. Da aldeia até lá são mais quatro horas. Lideranças cinta-larga na aldeia não permitiram a visita da reportagem sob a alegação de que a estrada estava intrasitável.

A corrida aos diamantes de Roosevelt começou a ser notada em 1999. Entre 2003 e 2004, de 4 mil e 5 mil homens trabalharam na clareira, segundo a Polícia Federal. "Naquela época era muita gente. Hoje, se tiver, são 100 e poucas pessoas", diz Marcelo Cinta-Larga, de 33 anos, citando um número sem confirmação de autoridades. Rondon fala em menos de 100.

A Terra Indígena Roosevelt é uma das quatro áreas reservadas aos índios cinta-larga entre o sudeste de Rondônia e o noroeste do Mato Grosso. Atualmente, os garimpeiros usam resumidoras, um tipo de esteira para bater o cascalho, e bombas de água.

Assim como Rondon e Pio, Marcelo diz que a relação com os garimpeiros que estão novamente em suas terras está tranquila. Rondon diz os garimpeiros foram mortos porque estavam ameaçando de morte os índios. Segundo a PF, desde 2007 não há mortes relacionadas aos diamantes. Além dos 29, a polícia computa 20 assassinatos ocorridos antes e depois de 2004.

Ao falar sobre a venda das pedras, Rondon narra assim a rotina do negócio: "Tem um barracão lá no garimpo e os caras que comprem vão lá para avaliar e comprar. De 15 em 15 dias eles vêm comprar". E acrescenta: "A gente não sabe quem é o comprador forte." Ele e outros dizem que no passado tinham negócios com compradores de Minas Gerais, Mato Grosso e São Paulo. Usando a palavra em tupi mondé que significa pedra branca e também diamante, Rondon diz que o "ikaxirá" mais caro que viu nos últimos tempos foi um de 8 quilates vendido por R\$ 80 mil.

CONT.



Um conhecedor do mercado de diamantes falou de uma pedra bem mais valiosa. À reportagem, por telefone, ele afirmou que há quatro meses apareceu na mão de um comprador de Juína (MT) uma pedra recém-extraída de Roosevelt de 90 quilates vendida por R\$ 450 mil. E que há poucos dias, surgiu na cidade outra, também de Roosevelt, de 30 quilates. Um quilate é o equivalente a 200 miligramas.

"Os diamantes de Roosevelt são totalmente distintos de qualquer diamante do Brasil. São predominantemente pedras brancas, têm várias formas, mas muitas octaédricas [o que permite cortes valorizados na fase de lapidação], são pedras de alto teor de pureza, muito bonitas e grandes. Eu já vi diamantes de lá de 50, 70, 80 quilates", disse, de Brasília, o geólogo do Serviço Geológico do Brasil, Valdir Silveira, que lidera um projeto para mapear áreas diamantíferas, o Projeto Diamante Brasil.

Segundo ele, há indicações seguras de que a terra dos cinta-larga está sobre corpos kimberlíticos com alto potencial diamantífero. Mas por ser terra indígena, nunca nenhuma empresa prospectou nem lavrou a região.

O comércio mundial de diamantes brutos é afunilado em poucas cidades, entre elas Antuérpia, Dubai, Nova York, Mumbai e Tel-Aviv. São centros de comércio e de lapidação de padrão internacional. O preço de um diamante bruto pode ser multiplicado alguma vezes após lapidado. Em tese, esses mercados movimentam apenas diamantes com origem legal. Mas no setor, são ainda frequentes relatos sobre caminhos ilícitos para 'esquentar' pedras de áreas proibidas. Para Valdir Silveira, esse é o caso dos diamantes de Roosevelt.

"O destino é ilegal, não tem como não ser, porque a produção de diamante lá é ilegal", diz. "Com certeza, os diamantes de Roosevelt estão saindo do Brasil de forma clandestina, eles estão indo para a Venezuela ou Guiana ou outro país da região." São rotas conhecidas onde os contrabandistas obteriam certificados Kimberley de forma mais fácil do que no Brasil. Outra opção seria misturar pedras de Roosevelt em lotes de áreas regulares ou recorrer a pessoas que levam para o exterior pedras na roupa ou dentro do corpo.

Em sua sala na sede da Operação Roosevelt, em Pimenta Bueno (RO), o delegado Alexandre de Andrade Silva, chefe da base central da operação, diz que PF faz patrulhas nas estradas que dão acesso à terra indígena, mantém equipes nas seis bases no entorno da terra e eventualmente sobrevoa a região. "O desafio da PF é chegar a quem está comprando, ao grande comprador, ao grande financiador."

Em 2010, a equipe de Silva junto com a PF no Mato Grosso tentaram ir além. "A gente ficou um ano investigando tentando pegar a ponta, tentando alargar a teia para de repente pegar um cara que está lá na Rússia, Bélgica ou em Israel. Mas não se evidenciou", disse o delegado. "A PF continua empenhada em tentar chegar aos compradores finais. Não desistimos, de jeito nenhum."

Em março de 2010, um homem foi detido no Aeroporto Internacional de Confins (MG), com um diamante de 28 quilates que policiais afirmaram ter saído de Roosevelt. A pedra foi avaliada em R\$ 200 mil. Em abril do mesmo ano, um lote com 20 pedras, avaliado em R\$ 100 mil,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 44./ 2014

Brasília, 11 de março de 2014.

também da terra cinta-larga, segundo a PF, foi apanhado com outro homem em Confins. Em 2004 e 2005, a PF já havia desmantelado dois esquemas de venda ilegal das pedras de Roosevelt para o exterior.

O Brasil exportou legalmente em 2013 US\$ 6,1 milhões em diamantes brutos, 44,3 mil quilates, segundo dados preliminares do DNPM. É insignificante para o mercado internacional. Mas a produção vem aumentando desde 2009, quando encolheu pela crise financeira internacional. Em 2009, a exportação brasileira foi de US\$ 2 milhões, 35,9 mil quilates. Minas e Mato Grosso são alguns exportadores. Em Rondônia, segundo dados da superintendência local, havia em janeiro, 161 pedidos de pesquisa ou lavra de diamantes. Legalmente, não há nenhum quilate sendo extraído no Estado.



Promotor quer responsabilizar o Estado pela morte de criança indígena em Barra
SÍTIO RD NEWS, 11.03.2014

O promotor Marcos Brant Gambier Costa, da 1ª Promotoria de Barra do Garças, requereu a abertura de inquérito policial para apurar a omissão de servidores da Central de Regulação de Urgência e Emergência do Estado, na morte de uma criança indígena ocorrida no último dia 4, no pronto socorro.

Brant quer a responsabilização dos envolvidos pela prática de crime de homicídio culposo já que, diante do quadro de gravidade de saúde do paciente, era necessária a internação em leito de UTI Neonatal, fato que não aconteceu. Liminar neste sentido tinha sido deferida pelo juiz da 1ª Vara Cível, Michel Lotfi Rocha da Silva, estabelecendo prazo de 24 horas para o atendimento, no entanto, a medida não foi cumprida.

“Ocorre que a decisão simplesmente foi descumprida, o quadro de saúde da paciente foi se agravando e a criança veio a óbito”, disse o promotor. De acordo com Marcos Brant, essa não é a primeira vez que decisões judiciais em Barra do Garças são descumpridas pelo Estado, tendo como efeito sérios danos à saúde e à vida de pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), geralmente por falta de vaga em UTI.

“Infelizmente, o Estado tem priorizado a destinação de verbas para a realização da Copa. Pretendemos viabilizar a responsabilização dos envolvidos no caso por ato de improbidade administrativa, inclusive do secretário Saúde (Jorge Lafetá), diante das reiteradas omissões no cumprimento de decisões judiciais proferidas na área da defesa da saúde”, adiantou. A secretaria estadual de Saúde, por sua vez, pondera que ainda não foi notificada e que responderá sobre a questão na Justiça. (Com Assessoria)



Indígena ateia fogo na casa de irmão e diz não lembrar de nada, em RR

SÍTIO G1/RR, 11.03.2014

*Crime ocorreu na comunidade Guariba II, município de Amajari, ao Norte.
Suspeito foi espancado por familiares e está internado em Boa Vista.*

O vaqueiro Emerson Rodrigues de Oliveira, de 26 anos, é suspeito de atear fogo na casa do irmão durante a noite desta segunda-feira (10). O caso ocorreu na comunidade Guariba II, região de Amajari, ao Norte de Roraima. De acordo com a Polícia Militar, o jovem, que é da etnia Macuxi, estaria embriagado quando cometeu o crime.

Para conter a atitude dele, alguns familiares espancaram o indígena. Com ferimentos graves pelo corpo, o homem foi removido para o Pronto Socorro Francisco Elesbão, em Boa Vista, onde segue internado.

Na manhã desta terça-feira (11), o jovem alegou a um policial militar que o acompanha no hospital que não lembra de ter feito nada. Quando receber alta médica, o suspeito deverá prestar esclarecimentos na delegacia.

Segundo testemunhas, a confusão teria começado após uma discussão entre Oliveira e o pai, o que o teria deixado transtornado a ponto de atear fogo na casa do irmão. A residência, construída de palha, ficou completamente destruída, segundo informações da polícia.



MEC planeja rede universitária indígena

SÍTIO WSCOM, 11.03.2014

Cursos serão criados em parceria com diferentes instituições de ensino e não atenderão somente índio

O Ministério da Educação pretende criar, até o ano que vem, uma rede universitária que contemple os conhecimentos produzidos pelos índios brasileiros. Assim como no projeto de educação a distância nas universidades federais, o Universidade Aberta do Brasil (UAB), os cursos de graduação e pós criados dentro da rede não pertencerão a uma instituição só. Eles farão parte de uma rede, que terá capacidade de atender mais interessados em todo o país.

“A proposta não é levar índio para a universidade simplesmente. É levar conhecimento indígena para as instituições que trabalham com a formação deles também”, afirma Rita Gomes do Nascimento, coordenadora geral de Educação Escolar Indígena, órgão ligado à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) do MEC.

Segundo ela, as experiências isoladas de cursos voltados à valorização da vivência indígena já existentes serão ampliadas. Hoje, há 20 instituições públicas que oferecem cursos de licenciatura interculturais aos índios. São graduações que formam professores indígenas, considerando as especificidades do ensino e da vida na aldeia importantes no curso.

“Vamos pesquisar com mais profundidade as experiências internacionais também. Sabemos que países como a Bolívia e o México possuem universidades indígenas. Na Bolívia, há 22 cursos específicos em cinco universidades. No México, oito universidades oferecem 49 cursos. Há experiências também no Canadá e nos Estados Unidos. Queremos buscar experiências, mas encontrar o melhor formato para o nosso país”, afirma a coordenadora.

Rita ressalta que as necessidades e os conhecimentos produzidos pelos povos indígenas precisam estar mais presentes no ensino superior. “Há inúmeros cuidados que eles têm de preservação da natureza e construção de casas, por exemplo, que podem nos ensinar muita coisa. Temos tido uma relação desigual na construção desses saberes. Apenas uma vertente sobre o que é saber científico tem prevalecido”, critica.

Unir os conhecimentos das tribos e da academia será o objetivo dessa rede universitária. Os universitários vão aprender a gerenciar os territórios (seus problemas e suas vantagens) indígenas de acordo com as especificidades locais. Os cursos, no entanto, não serão exclusivos para alunos indígenas. “O objetivo é promover intercâmbio cultural”, comenta. Segundo Rita, as instituições que já recebem alunos indígenas se tornaram espaços mais democráticos.

Distantes

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 44./ 2014

Brasília, 11 de março de 2014.

Pouco mais de 10 mil indígenas estão hoje matriculados no ensino superior, que possui mais de 7 milhões de estudantes. Na educação básica, há 258.882 matrículas de alunos indígenas que, espera-se, desejem chegar um dia à universidade. "O MEC passou a coordenar a política educacional desses povos na década de 1990. O investimento na educação básica foi grande, mas a situação ainda precária. Vamos fortalecer os programas", conta.

No ano passado, o ministério lançou o Programa Nacional de Territórios Etnoeducacionais Indígenas para aperfeiçoar as políticas de educação para esses povos. Representantes das diferentes etnias, das instituições que já possuem cursos voltados para esse público e pesquisadores vão participar das reuniões do grupo criado para desenhar o modelo dessa rede universitária. A primeira reunião será na primeira quinzena de março.



Vereador Dario Ramires é atendido na Aldeia Indígena Te'yikuê

SÍTIO CAARAPÓ NEWS, 11.03.2014

O vereador Dario Ramires (PR), foi atendido pelo prefeito municipal, Mário Valério (PR), com a contratação de dois tratoristas indígenas para trabalhar no preparo do solo na Aldeia Indígena Te'yikuê em Caarapó.

De acordo com o vereador a aldeia dispõe de três tratores, mas até então não tinham operadores para preparar o solo. "A principal cultura na reserva é a mandioca e por falta de operadores de máquinas os plantios estavam sendo tardios - com isso, a comunidade indígena sofria, pois, apenas um profissional não conseguia atender a demanda atualmente existente" defendeu o vereador.

Dário informou que no ano de 2012, plantavam apenas uma área de 250 hectares, mas que esse ano deve chegar nos 800 hectares, beneficiando cerca de 600 famílias. "Isso é uma conquista do nosso povo e para o nosso povo, pois a produção de mandioca que temos na reserva hoje já atende o consumo interno e ainda é comercializada para fora – fazendo com que muitas famílias tenham uma geração de renda" disse.

Dário agradeceu o apoio do prefeito Mário Valério e destacou outra conquista da comunidade indígena: "tínhamos solicitado ao prefeito que nos atendessem com vigilantes na escola, principalmente no período de férias, pois os vândalos arrombavam as portas e furtavam objetos da escola - graças à compreensão da administração fomos atendidos e os problemas acabaram" finalizou o vereador Dário Ramires.



Atendimento em aldeias indígenas recomeça

SÍTIO MATO GROSSO NOTÍCIAS, 11.03.2014

Estão no roteiro do Mutirão Rural os municípios de Canarana, Barra do Garças, General Carneiro e Paranatinga

Assessoria

O projeto Mutirão Rural da Cidadania retoma as atividades no dia 18 de março, com a meta de atender mais de 6 mil indígenas ainda neste mês. A ação é executada por meio da parceria do Governo de Mato Grosso, por meio da Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social (Setas-MT) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar-MT).

Estão no roteiro do Mutirão Rural os municípios de Canarana, Barra do Garças, General Carneiro e Paranatinga, abrangendo as terras indígenas Xavantes de São Marcos, Pimentel Barbosa, Marechal Rondon e Merure da etnia Bororo.

Dentre os serviços que serão disponibilizados gratuitamente estão: registro civil, identidade, carteira de trabalho, fotografia para documentos, entre outros.

De acordo com o titular da Setas, Jean Estevan Campos Oliveira, no ano de 2013 foram realizados mais de 27 mil atendimentos nas aldeias indígenas e para este ano a meta é atender mais de 10 mil índios. "Depois de percorrer todas as regiões de Mato Grosso, o programa concentra as atenções nas aldeias indígenas. A ação tem por objetivo assegurar o pleno exercício da cidadania a todos os mato-grossenses", afirmou Jean Estevan.

Confira a agenda completa de atendimento no mês de março:

18 de março: Canarana

19 de março: Canarana

21 e março: Barra do Garças

22 de março: Barra do Garças

23 de março: Barra do Garças

25 de março: General Carneiro

26 de março: General Carneiro

28 de março: Paranatinga



Boletim de Notícias - Edição nº 44./ 2014

Brasília, 11 de março de 2014.

28 propriedades foram retiradas das terras indígenas Awá-Guajá

SÍTIO O ESTADO, 11.03.2014

Operação de desapropriação realizada pelo Incra, com o apoio e supervisão de forças federais.

Thiago Bastos
Da equipe de O Estado

A Secretaria-Geral da Presidência da República divulgou ontem relatório sobre as ações executadas de 22 do mês passado a 7 deste mês, período em que ocorreu o início da desintrusão das terras indígenas Awa-Guajá, no município maranhense de São João do Caru. De acordo com o documento, nesse prazo foram retiradas integralmente pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), com o apoio e supervisão das forças federais, 28 propriedades.

Ainda segundo o relatório, um volume maior de desapropriações não ocorreu devido às fortes chuvas na região, que prejudicaram o acesso a determinadas localidades.



Em Genebra, ativistas alertam para violações contra indígenas brasileiros

SÍTIO RÁDIO ONU, 11.03.2014

Debate foi paralelo à reunião do Conselho de Direitos Humanos, na sede da ONU na cidade suíça; grupo está preocupado com impactos da construção das hidrelétricas de Belo Monte e Tapajós, no Pará.

Leda Letra, da Rádio ONU em Nova York.

Um grupo de ativistas de países como Brasil, França e Estados Unidos aproveita a 25ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU para chamar a atenção sobre a situação dos indígenas brasileiros que vivem no Pará.

Na segunda-feira, as ONGs France Liberté e Amazon Watch organizaram no Palácio das Nações um evento paralelo sobre os impactos da construção de hidrelétricas na vida da população indígena que vive ao redor dos rios Xingu e Tapajós.

Água Contaminada

Após discursar na sede das Nações Unidas em Genebra, a líder indígena e coordenadora da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, Apib, falou com a Rádio ONU. Sônia Guajajara explicou algumas dificuldades já enfrentadas pelas comunidades Munduruku, Apiacá e Caiabi.

"A gente veio falar sobre esses impactos da Belo Monte e sobretudo a questão do complexo hidrelétrico de Tapajós, que agora é o que está na vez. Por exemplo, na região de Belo Monte, alguns povos estão tendo que mudar da sua terra; que não teve a sua terra alagada, mas que agora tem uma água contaminada que não pode mais ser utilizada. Então eles não foram forçados a sair pelo governo, mas na verdade o impacto que fica obriga com que eles saiam. Então isso fragiliza muito os povos."

Segundo Sônia Guajajara, o grupo também conversou com a equipe do relator especial da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas, James Anaya.

Foi sugerido aos ativistas que apresentem uma queixa formal sobre o impacto da construção das usinas hidrelétricas de Belo Monte e de Tapajós para as comunidades indígenas da região amazônica.



Ministro garante acordo entre agricultores e indígenas

SÍTIO INTERJORNAL, 11.03.2014

"Foi uma audiência definitiva, na qual reunimos todos os envolvidos na questão e foi possível convergir para um encaminhamento concreto, que tem a concordância dos indígenas, dos agricultores, do Ministério Público, do governo estadual e do Ministério da Justiça, que é compra de uma área provisória", afirma o deputado estadual Dirceu Dresch (PT) sobre o resultado da audiência com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, em Florianópolis na sexta-feira (7). Na ocasião foi debatida a problemática da demarcação da reserva indígena do Araçaí, entre os municípios de Saudades e Cunha Porã, no Oeste de Santa Catarina.

Conforme ficou estabelecido, os indígenas Guaranis serão assentados em um área de 800 hectares no município de Bandeirantes enquanto o processo que questiona a demarcação da área, hoje ocupada por 171 famílias de agricultores, segue tramitando na justiça. Pelo acordo mediado pelo ministro José Eduardo Cardozo, e que teve a concordância de todos os envolvidos, um documento formalizando a decisão tomada na

audiência será assinado em dez dias. Nele, as partes envolvidas assumem compromissos para garantir a ida dos indígenas para a área provisória que fica no Extremo Oeste do Estado, na divisa com a Argentina. O governador Raimundo Colombo garantiu que, assim que o acordo for assinado, o governo catarinense finaliza o processo de compra da área, no valor R\$ 8 milhões, que será cedida para a Funai. Os recursos já foram disponibilizados pelo governo federal.

O deputado Dirceu Dresch lembra que já se passaram dois anos desde que o decreto nº 903, assinado pelo governador, autorizou a compra da área. "Há muito tempo temos defendido a compra de área para assentar os indígenas, enquanto o processo judicial corre. Depois de muitas idas e vindas, acho que caminhamos de forma definitiva para pacificar a situação. Vamos resolver um problema sem criar outro, sem desapropriar ninguém, sem prejudicar nenhum agricultor e nenhum indígena."

Conflito

A reserva Araçaí abrange área ocupada por 171 famílias de agricultores nos municípios de Saudades e Cunha Porã, no Oeste catarinense. A portaria para criação da reserva foi editada em 2007 e, desde então, persiste um clima de tensão entre agricultores e indígenas da etnia guarani, que foram provisoriamente alocados na Aldeia Toldo Chimbanguê, em Chapecó. Os índios kaingang, que dominam a aldeia, exigem a saída dos índios guarani, daí a urgência em resolver a compra da área para assentar as famílias indígenas.



Boletim de Notícias - Edição nº 44./ 2014

Brasília, 11 de março de 2014.

Filha de menina de dez anos morre asfixiada em hospital indígena

SÍTIO DOURADOS AGORA, 11.03.2014

Morreu nesta madrugada no Hospital da Missão Caiuás, em Dourados, a bebê de uma mãe de apenas dez anos.

A criança havia nascido no início do mês passado, no mesmo hospital, sendo posteriormente transferida para o Hospital Universitário, de onde dias depois, retornou à unidade da reserva indígena.

A mãe reside na aldeia Jaguapiru. Ela disse ao Conselho que engravidou após sofrer o abuso. A informação também foi confirmada pela avó. Segundo informações da polícia, a bebê teria morrido asfixiada. O caso está sendo investigado.



Justiça impede colheita de soja contaminada na Terra Indígena Maraiwatséde
SÍTIO OLHAR DIRETO, 11.03.2014

A Advocacia-Geral da União (AGU) conseguiu impedir na Justiça que um produtor particular realizasse a colheita de grãos de soja plantados dentro da Terra Indígena Maraiwatséde, tradicionalmente ocupada pela Comunidade Xavante. Os procuradores informaram que a lavoura estava contaminada por diversas pragas.

No caso, um particular alegava ter plantado a lavoura de soja em 600 hectares da Fazenda Chave de Ouro, mas, como os frutos se encontravam verdes e em fase de crescimento, não pode fazer a colheita antes da desocupação da área por decisão judicial em novembro de 2012. Outro argumento foi que a Fundação Nacional do Índio (Funai) indeferiu seu pedido de autorização para colher a plantação, embora tenha autorizado outro produtor rural na mesma situação.

A Procuradoria-Regional Federal da 1ª Região (PRF1) e a Procuradoria Federal Especializada junto à Fundação (PFE/Funai) argumentaram que foi constatada, por meio de vistoria técnica no local, a perda de mais de 90% da área plantada, por danos provocados por diversas pragas. Por isso, foi emitida recomendação para destruição da lavoura a fim de impedir a contaminação e a proliferação dos insetos em outras regiões.

Os procuradores informaram que a Diretoria de Proteção Territorial da autarquia proibiu qualquer atividade de colheita de lavoura no interior da Terra Indígena Maraiwatséde e só autorizou a entrada no local para a aplicação de defensivo agrícola para evitar contaminação fitossanitária. Além disso, destacaram que a decisão administrativa teve caráter preventivo em virtude do risco da colheita no estágio atual da plantação.

A 13ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal acolheu integralmente a defesa dos procuradores e negou o pedido do autor, reconhecendo que "não houve comprovação de qualquer ilegalidade no ato da Funai, que adotou medida compatível com o grau de risco representado pela contaminação da colheita detectada".



Morre filha de indígena de 10 anos que teria sofrido abuso sexual em Dourados
SÍTIO COXIM AGORA, 11.02.2014

Morreu na madrugada desta terça-feira (11), em Dourados, o bebê da menina indígena de apenas 10 anos de idade, teria sido vítima de abuso sexual.

A menina deu à luz no dia 10 de fevereiro. Ainda não se sabe oficialmente a causa da morte do bebê, mas segundo informações preliminares, a criança pode ter sido asfixiada enquanto dormia com a mãe, na Aldeia Jaguapiru

A criança foi levada para o Hospital da Missão Caiuás, mas não resistiu. O caso está sendo investigado pela polícia.

Nascimento

A menina indígena, de 10 anos, deu entrada no Hospital Universitário de Dourados no dia 10 de fevereiro, após dar à luz no Hospital da Missão Caiuás, na Reserva Indígena de Dourados.

A avó e a mãe da criança disseram à polícia e ao Conselho Tutelar que a menina teria sido vítima de abuso sexual a caminho da escola. (Com informações Dourados News)



Justiça manda hidrelétricas do Madeira refazerem estudos de impacto ambiental em Rondônia

SÍTIO BLOG DA AMAZÔNIA/ TERRA, 11.03.2014

A Justiça Federal determinou nesta segunda-feira (10) que os consórcios Santo Antonio Energia e Energia Sustentável do Brasil, responsáveis pela construção das usinas hidrelétricas do Rio Madeira, em Porto Velho (RO), refaçam o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) considerando todos os impactos decorrentes da vazão e volume histórico do maior afluente do Rio Amazonas.

Por causa da cheia do Madeira, mais de 10,5 mil pessoas deixaram suas casas em Rondônia. A BR-364 teve que ser fechada para ônibus e e automóveis porque alguns trechos estão inundados. Apenas caminhões podem trafegar durante o dia na rodovia federal, que é a na única via de acesso terrestre do Acre ao restante do país. O Acre enfrenta problemas de abastecimento de insumos para construção civil, alimentos perecíveis, combustível e gás de cozinha.

A decisão liminar da Justiça Federal foi pleiteada em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal, que que a suspensão das atividades nas usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio. A ação também foi assinada pelo Ministério Público do Estado de Rondônia, Ordem dos Advogados do Brasil em Rondônia, além das Defensorias Públicas da União e do Estado de Rondônia.

O juiz federal Herculano Martins Nacif, da 5ª Vara Ambiental e Agrária, decidiu por dispensar o Ibama de oitiva prévia por considerar a "excepcionalidade do caso, a revelar uma verdadeira tragédia vivida pelas populações atingidas no Estado de Rondônia".

Os signatários da ação civil pública estabelecem nexo de causalidade entre a implantação e atividades dos aproveitamentos hidrelétricos com o agravamento dos danos causados pela enchente do Madeira. Eles sustentam que os impactos ambientais não decorrem apenas da cheia, mas se relaciona à área de influência direta dos lagos das usinas, que teria ultrapassado em muito as previsões dos estudos realizados pelos consórcios.

Para as instituições que assinaram a ação, estão subdimensionados os impactos dos empreendimentos sobre infraestruturas e elementos sociais e naturais da região, assumindo os empreendedores o risco de uma cheia com tempo de recorrência de 100 anos, que pese o alerta e as previsões dos estudos realizados pelos consórcios.

De acordo com a decisão do juiz, os aspectos mais relevantes que devem ser considerados pelos consórcios com o novo EIA-RIMA envolve a ictiofauna de todo o rio, o tamanho dos reservatórios a montante e os reflexos a jusante, o que abrange curva de remanso, populações afetadas, estradas alagadas, patrimônio histórico, reservas ambientais afetadas, desbarrancamento e movimentação de sedimentos.

CONT.



- Parte da população de Porto Velho, incluindo-se as de seus distritos, já padecem com os efeitos diretos da inundação. Não escapam o setor de comércio, mais próximos ao leito do rio Madeira, assim órgãos públicos, cujos prédios foram desativados, ou estão em via de se sujeitarem a essa medida, como é o caso desta Seção Judiciária, com três vias de acesso tomadas pelas águas, operando em níveis de alerta, e com água já avançando sobre seu subsolo – relata o juiz na decisão.

As hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio têm prazo de 90 dias para comprovar à Justiça Federal o andamento dos novos estudos, sob pena de suspensão de suas licenças de operação. O reestudo deve ser supervisionado, entres outros, pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Agência Nacional de Águas, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

O magistrado também determinou que as usinas de Santo Antônio e Jirau estão obrigadas a atender imediatamente as necessidades básicas (moradia, alimentação, transporte, educação, saúde etc) das populações atingidas pelas enchentes nas áreas acima das barragens, às margens dos reservatórios subdimensionados no EIA-RIMA.

O auxílio deve ser feito enquanto durar a situação de emergência e até que haja uma decisão definitiva sobre compensação, indenização ou realojamento. As populações atingidas deverão ser identificadas pelas defesas civis municipal, estadual e federal.

As duas hidrelétricas têm prazo de 10 dias para comprovar à Justiça Federal que estão cumprindo a assistência determinada pela decisão liminar.

O patrimônio histórico identificado pelo Iphan também deverá ser protegido com recursos das hidrelétricas. As usinas também estão obrigadas a abrir rotas alternativas às vias interditadas nas proximidades de seus reservatórios. As rotas serão identificadas pelo Departamento de Estradas de Rodagem de Rondônia ou DNIT, conforme o caso.



Garimpeiros se aproveitam de políticas governamentais ineficientes e conseguem 'reabrir' garimpo de diamantes na reserva Cinta-Larga
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 11.02.2014

Há dez anos, 29 garimpeiros foram assassinados na região em meio a desentendimentos com os índios

Valor Econômico - Numa porção da floresta Amazônica onde pode estar uma importante jazida de diamantes, índios e garimpeiros refizeram uma lucrativa parceria para extrair e vender as pedras de maneira ilegal.

A atividade foi retomada no fim do ano passado na Terra Indígena Roosevelt, uma área que se estende por Rondônia e Mato Grosso. Há dez anos, 29 garimpeiros foram assassinados na região em meio a desentendimentos com os índios por causa do tesouro que aflora nessas terras.

O que sai da região tem um destino conhecido de autoridades: o comércio internacional ilegal de diamantes. As suspeitas são de que as pedras de Roosevelt acabem chegando às mãos de compradores na Bélgica, Emirados Árabes Unidos, EUA, Índia e Israel, centros de lapidação e comércio de diamantes. É uma longa cadeia ilícita, da qual em geral participam doleiros, contrabandistas, empresas de fachada e, por vezes, agentes da lei.

A situação de Roosevelt é delicada para o Brasil. O país é participante do Sistema de Certificação do Processo Kimberley, que regulamenta, com a chancela da ONU, o comércio internacional dos diamantes brutos e exige de seus signatários medidas para garantir que suas pedras sejam extraídas somente de áreas legalizadas. Diamantes brutos só podem sair do país com certificado Kimberley, emitidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Se forem de áreas não legalizadas, não são, em tese, certificados.

Autoridades brasileiras veem Roosevelt com dupla preocupação. Primeiro porque mineração em terra indígenas é proibida no país e o caso expõe a dificuldade do Estado de evitar que parte dos diamantes brasileiros continue sendo extraída e comercializados de maneira ilícita. A segunda preocupação é com a segurança.

"O momento é o pior possível. Talvez até pior do que era há dez anos, no auge do garimpo", disse na sede do Ministério Público Federal em Porto Velho o procurador da República em Rondônia, Reginaldo Pereira Trindade.

"O contexto de violência em Roosevelt ainda está presente como naquela época das mortes, mas como a questão parece ter esfriado o governo está muito mais desinteressado". Para ele, o risco é de novos conflitos levarem índios e garimpeiros a se matarem por causa dos diamantes. "Basta que alguém risque um palito de fósforo para que esse barril de pólvora, que está aí latente, exploda."

CONT.



Um intermediário na venda de diamantes contou à reportagem, sob a condição de não ter seu nome divulgado, que viu em janeiro no garimpo, índios armados e um ambiente hostil com os garimpeiros que trabalham e dormem no garimpo. “O clima estava estranho”, definiu ele.

Desde 2004 – quando em abril os 29 corpos foram encontrados –, a Polícia Federal mantém vigilância no entorno de Roosevelt para evitar a entrada de máquinas e garimpeiros e para garantir a paz na terra indígena e nas cidades próximas. Em dez anos, a Operação Roosevelt reduziu, mas nunca barrou de vez a extração ilegal de diamantes na região.

A Terra Indígena Roosevelt é uma das quatro áreas reservadas aos índios cinta-larga entre o sudeste de Rondônia e o noroeste do Mato Grosso. Roosevelt tem 230,8 mil hectares. Todo o território cinta-larga, 2,7 milhões de hectares – o equivalente ao Estado de Sergipe. São entre 2.000 a 2.500 índios. A Operação Roosevelt tem menos de 60 homens e seis bases no entorno da terra.

O Valor esteve na última semana de janeiro em uma das principais aldeias dos cinta-larga: a aldeia Roosevelt. De Cacoal, no sudeste de Rondônia, até lá são quatro horas de viagem. O cacique é Daniel Rondon, quase 50 anos, sisudo e com português carregado de sotaque de sua língua materna, o tupi mondé.

A corrida aos diamantes de Roosevelt começou em 1999. Entre 2003 e 2004, de 4 mil e 5 mil homens trabalharam na clareira

“A cada 15 a 20 dias, cada família [que controla um pedaço de terra nas margens do igarapé Lajes, onde está a clareira do garimpo] recebe R\$ 10 mil, R\$ 15 mil. É mais ou menos 20% das vendas”, explicou ele na varanda de um casa de alvenaria espaçosa e muito simples a poucos metros das margens do Rio Roosevelt.

De 20% a 25% sobre a venda dos diamantes são o que, em geral, os índios têm recebido por “liberar” a mineração em Roosevelt para garimpeiros, segundo Rondon e outros cinta-larga.

A aldeia Roosevelt parece um pequeno e pobre bairro rural. Não tem ocas, mas 40 casas padronizadas com paredes pintadas de branco e manchadas de terra e outras poucas construções. Tudo com verba do governo federal. Nas cidades próximas à Roosevelt, o relato frequente é que algumas poucas lideranças ficam com o grosso do dinheiro dos diamantes e que o desperdiçam em noitadas, bebida, prostitutas e motos e carros.

Em 2010, a Fundação Nacional do Índio (Funai) firmou uma parceria com os cinta-larga para encerrar a atividade garimpeira. À Funai caberia reforçar as ações de ajuda à população de Roosevelt além de pagar a cada família que atuasse como polícia indígena, para impedir o garimpo. O valor pago a cada indígena pelo Projeto Lajes chegou a R\$ 1.500 por mês. Com o acordo, o garimpo foi “oficialmente” fechado pelos índios em 2010. Em 2012, houve um repique e a PF destruiu com explosivos máquinas no garimpo.

“No primeiro momento a gente avançou, mas depois a gente passou a não ter mais estrutura, dinheiro”, disse Urariwe Suruí coordenador regional da Funai em Cacoal. Houve também,

CONT.



disse, problemas entre os cinta-larga por conta de quem as lideranças escolhiam ou deixavam de escolher para a função remunerada a cada mês do Projeto Lajes. “[O projeto] acabou em outubro passado. Eles disseram que não queriam mais. E aí o garimpo voltou com tudo”, diz o jovem suruí.

Líderes cinta-larga usam um único argumento para justificar a extração ilegal de diamantes: o governo não os ajuda a ter projetos agrícolas rentáveis e sustentáveis e as famílias cinta-larga se envolvem com o garimpo para comprar alimentos, remédios, roupas, carros para transporte de doentes, combustível e também TV com canais por assinatura, celular, moto e tudo o que aprenderam a consumir desde os primeiros contatos com o mundo exterior nos anos 60.

“O que acontece é que tem tanta reunião, reivindicação e o governo demora para atender. Aí os índios falam ‘não vamos esperar mais o governo, não’”, resume Nacoça Pio Cinta-Larga, de 55 anos, um dos líderes locais, ao falar da reabertura do garimpo.

Os garimpeiros usam resumidoras, um tipo de esteira para bater o cascalho, e bombas de água. Rondon diz que o movimento no garimpo caiu um pouco. “Tinha 30 máquinas e agora, 19.”

A reportagem não chegou ao garimpo do Lajes, o principal de Roosevelt, que fica numa clareira que de ponta a ponta, segundo a PF, tem quatro quilômetros. Uma ilha de lama no meio da floresta. Da aldeia até lá são mais quatro horas. Lideranças cinta-larga na aldeia não permitiram a visita da reportagem sob a alegação de que a estrada estava intransitável.

A corrida aos diamantes de Roosevelt começou a ser notada em 1999. Entre 2003 e 2004, de 4 mil e 5 mil homens trabalharam na clareira, segundo a Polícia Federal. “Naquela época era muita gente. Hoje, se tiver, são 100 e poucas pessoas”, diz Marcelo Cinta-Larga, de 33 anos, citando um número sem confirmação de autoridades. Rondon fala em menos de 100.

A Terra Indígena Roosevelt é uma das quatro áreas reservadas aos índios cinta-larga entre o sudeste de Rondônia e o noroeste do Mato Grosso. Atualmente, os garimpeiros usam resumidoras, um tipo de esteira para bater o cascalho, e bombas de água.

Assim como Rondon e Pio, Marcelo diz que a relação com os garimpeiros que estão novamente em suas terras está tranquila. Rondon diz os garimpeiros foram mortos porque estavam ameaçando de morte os índios. Segundo a PF, desde 2007 não há mortes relacionadas aos diamantes. Além dos 29, a polícia computa 20 assassinatos ocorridos antes e depois de 2004.

Ao falar sobre a venda das pedras, Rondon narra assim a rotina do negócio: “Tem um barracão lá no garimpo e os caras que comprem vão lá para avaliar e comprar. De 15 em 15 dias eles vêm comprar”. E acrescenta: “A gente não sabe quem é o comprador forte.” Ele e outros dizem que no passado tinham negócios com compradores de Minas Gerais, Mato Grosso e São Paulo. Usando a palavra em tupi mondé que significa pedra branca e também diamante, Rondon diz que o “ikaxirá” mais caro que viu nos últimos tempos foi um de 8 quilates vendido por R\$ 80 mil.

CONT.



Um conhecedor do mercado de diamantes falou de uma pedra bem mais valiosa. À reportagem, por telefone, ele afirmou que há quatro meses apareceu na mão de um comprador de Juína (MT) uma pedra recém-extraída de Roosevelt de 90 quilates vendida por R\$ 450 mil. E que há poucos dias, surgiu na cidade outra, também de Roosevelt, de 30 quilates. Um quilate é o equivalente a 200 miligramas.

“Os diamantes de Roosevelt são totalmente distintos de qualquer diamante do Brasil. São predominantemente pedras brancas, têm várias formas, mas muitas octaédricas [o que permite cortes valorizados na fase de lapidação], são pedras de alto teor de pureza, muito bonitas e grandes. Eu já vi diamantes de lá de 50, 70, 80 quilates”, disse, de Brasília, o geólogo do Serviço Geológico do Brasil, Valdir Silveira, que lidera um projeto para mapear áreas diamantíferas, o Projeto Diamante Brasil.

Segundo ele, há indicações seguras de que a terra dos cinta-larga está sobre corpos kimberlíticos com alto potencial diamantífero. Mas por ser terra indígena, nunca nenhuma empresa prospectou nem lavrou a região.

O comércio mundial de diamantes brutos é afunilado em poucas cidades, entre elas Antuérpia, Dubai, Nova York, Mumbai e Tel-Aviv. São centros de comércio e de lapidação de padrão internacional. O preço de um diamante bruto pode ser multiplicado alguma vezes após lapidado. Em tese, esses mercados movimentam apenas diamantes com origem legal. Mas no setor, são ainda frequentes relatos sobre caminhos ilícitos para ‘esquentar’ pedras de áreas proibidas. Para Valdir Silveira, esse é o caso dos diamantes de Roosevelt.

“O destino é ilegal, não tem como não ser, porque a produção de diamante lá é ilegal”, diz. “Com certeza, os diamantes de Roosevelt estão saindo do Brasil de forma clandestina, eles estão indo para a Venezuela ou Guiana ou outro país da região.” São rotas conhecidas onde os contrabandistas obteriam certificados Kimberley de forma mais fácil do que no Brasil. Outra opção seria misturar pedras de Roosevelt em lotes de áreas regulares ou recorrer a pessoas que levam para o exterior pedras na roupa ou dentro do corpo.

Em sua sala na sede da Operação Roosevelt, em Pimenta Bueno (RO), o delegado Alexandre de Andrade Silva, chefe da base central da operação, diz que PF faz patrulhas nas estradas que dão acesso à terra indígena, mantém equipes nas seis bases no entorno da terra e eventualmente sobrevoa a região. “O desafio da PF é chegar a quem está comprando, ao grande comprador, ao grande financiador.”

Em 2010, a equipe de Silva junto com a PF no Mato Grosso tentaram ir além. “A gente ficou um ano investigando tentando pegar a ponta, tentando alargar a teia para de repente pegar um cara que está lá na Rússia, Bélgica ou em Israel. Mas não se evidenciou”, disse o delegado. “A PF continua empenhada em tentar chegar aos compradores finais. Não desistimos, de jeito nenhum.”

Em março de 2010, um homem foi detido no Aeroporto Internacional de Confins (MG), com um diamante de 28 quilates que policiais afirmaram ter saído de Roosevelt. A pedra foi avaliada em R\$ 200 mil. Em abril do mesmo ano, um lote com 20 pedras, avaliado em R\$ 100 mil,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 44./ 2014

Brasília, 11 de março de 2014.

também da terra cinta-larga, segundo a PF, foi apanhado com outro homem em Confins. Em 2004 e 2005, a PF já havia desmantelado dois esquemas de venda ilegal das pedras de Roosevelt para o exterior.

O Brasil exportou legalmente em 2013 US\$ 6,1 milhões em diamantes brutos, 44,3 mil quilates, segundo dados preliminares do DNPM. É insignificante para o mercado internacional. Mas a produção vem aumentando desde 2009, quando encolheu pela crise financeira internacional. Em 2009, a exportação brasileira foi de US\$ 2 milhões, 35,9 mil quilates. Minas e Mato Grosso são alguns exportadores. Em Rondônia, segundo dados da superintendência local, havia em janeiro, 161 pedidos de pesquisa ou lavra de diamantes. Legalmente, não há nenhum quilate sendo extraído no Estado.



MPE quer apuração em morte de criança indígena em Mato Grosso

SÍTIO EXPRESSO MT, 11.03.2014

MPE requisita instauração de inquérito policial para apurar omissão de servidores do Estado em relação a morte de criança indígena.

Fonte: Assessoria

A morte de uma criança indígena em Barra do Garças no último dia 04, que aguardava o cumprimento de decisão judicial que determinava sua transferência em UTI Aérea para Cuiabá e a disponibilização de leito em UTI Neonatal, levou o Ministério Público do Estado de Mato Grosso a requerer a instauração de inquérito policial para apurar a omissão de servidores do Estado ligados à Central de Regulação de Urgência e Emergência. Com a investigação, o MPE pretende assegurar a responsabilização dos envolvidos pela prática do crime de homicídio culposos.

Consta nos autos, que a criança nasceu em um hospital da Capital no dia 20 de janeiro deste ano e permaneceu na UTI até o dia 13 de fevereiro, quando obteve alta médica. No dia 26, depois de uma parada cardíaca, o bebê voltou a ser internado em estado gravíssimo no Pronto Socorro de Barra do Garças.

Segundo o promotor de Justiça Marcos Brant Gambier Costa, diante da gravidade do quadro de saúde da paciente e em face da omissão do Estado em disponibilizar leito em UTI Neonatal para o seu atendimento, no dia 28 de fevereiro o Ministério Público ingressou com ação civil pública com pedido de liminar, requerendo a remoção da criança para UTI Neonatal, na Cidade de Cuiabá. Na ação, foi anexado o relatório de encaminhamento médico que atestou a gravidade do quadro clínico e a necessidade urgente de cuidados pediátricos intensivos e transporte em UTI Móvel.

"No mesmo dia, o Juiz da 1ª Vara Cível da Comarca de Barra do Garças, Michael Lotfi Rocha da Silva, concedeu liminar estabelecendo o prazo de 24 horas para atendimento da criança. Ocorre que a decisão simplesmente não foi cumprida, o quadro de saúde da paciente foi se agravando e a criança veio a óbito depois de mais uma parada cardíaca", informou o promotor de Justiça.

Consta nos autos, que a Central de Regulação Estadual de Urgência e Emergência foi acionada ainda no dia 26 de fevereiro, quando o bebê chegou ao Pronto Socorro de Barra do Garças. Desde então, foram feitas várias ligações para reforçar a necessidade de UTI, inclusive em plantão Judiciário, tendo a promotora plantonista, Luciana Rocha Abrão David, tentado várias vezes, sem sucesso, dar cumprimento à decisão liminar, de forma que a transferência não foi viabilizada e a paciente veio a óbito.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 44./ 2014

Brasília, 11 de março de 2014.

De acordo com o promotor de Justiça, essa não é a primeira vez que decisões judiciais em Barra do Garças são descumpridas pelo Estado, tendo como efeito sérios danos à saúde e à vida de pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), geralmente por falta de vaga em UTI. “Infelizmente, o Estado tem priorizado a destinação de verbas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em Cuiabá, em detrimento dos investimentos requisitados na área da saúde”, reclamou.

Segundo ele, desde 2006, o Estado de Mato Grosso e a Prefeitura de Barra do Garças assumiram a obrigação de implantar leito de UTI Neonatal no Hospital Municipal da Cidade, mas não cumpriram a obrigação. Tal fato é objeto de execução em ação movida pelo Ministério Público, que tramita na 4ª Vara Cível da Comarca.

“Pretendemos viabilizar a responsabilização dos envolvidos no caso por ato de improbidade administrativa, inclusive do secretário de Estado de Saúde de Mato Grosso, diante das reiteradas omissões no cumprimento de decisões judiciais proferidas na área da defesa da saúde”, adiantou.

Congresso Indígena Intercultural: Campanha de Artes de Resistência dos Povos do Maraká'nà

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 11.03.2014



Convidamos a todas as pessoas, artistas e ativistas, a participarem da Campanha de lançamento do 1º Congresso Intercultural dos Povos do Maraká'nà – Coirem. Inscrição de trabalhos entre os próximos dias 10 até 25 de março.

O Congresso, que envolverá movimentos de resistência dos povos indígenas, quilombolas, artesãos do Brasil, da América Latina e do mundo, ocorrerá na primeira quinzena de maio próximo.

Esta Campanha visa abrir espaço para a participação ampla de todas as pessoas que quiserem contribuir com a produção de trabalhos artísticos para:

1. Constituição da Identidade Visual do Coirem;
2. Logomarca do Coirem;
3. Plano de fundo do site, fanpage etc;
4. Programação visual dos cartazes;
5. Programação visual de folhetos de programação e demais publicações;
6. Ambientação dos espaços do Coirem

Todos os trabalhos, que conforme critérios de não opressão e respeito às diferenças (conforme
CONT.



apreciação da Organização do Coirem) serão expostos no Congresso e nas páginas do evento. A definição dos trabalhos e da identidade visual do Coirem poderá resultar da escolha de diversos trabalhos, de forma a constituir uma identidade visual que contemple o maior número possível de participantes.

Os interessados poderão consultar informações e referências sobre o Congresso e ou correlacionadas a ele nas redes sociais (no Facebook) nas páginas (fanpages) provisória do Coirem; da Resistência Aldeia Maracanã; nos perfis Aldeia Rexiste; Acampamento Indígena; Aty Guaçu; entre outros sites e páginas correlacionados.

Serão aceitos trabalhos feitos sobre quaisquer bases materiais: desenho, pintura, editoração eletrônica, fotografia, escultura, design, etc,

As inscrições de trabalhos poderão ser feitas entre os dias 10 e 25 de março. A Organização do Coirem se reserva a possibilidade de fazer escolhas de trabalhos para a composição de materiais de comunicação antes do término do período de inscrições. Ressalvando que a seleção final será feita após o dia 25 de março.

Os trabalhos poderão ser inscritos pelo e-mail coiremarakana@gmail.com, ou entregues na Escola Livre Vieira da Silva (link), na Associação de Docentes da Universidade Rural (ADUR), ambas no campus Seropédica da UFRRJ, na Teko Haw Cayuré Imana – Rua Nova Maracá, 07 – próximo a Estação de Metrô de Thomaz Coelho – Linha 2, ou junto a qualquer participante do Muitirô de organização do Coirem, sob sua responsabilidade.

Todos os trabalhos inscritos deverão ceder o direito de uso dos trabalhos estritamente para fins de comunicação do Coirem.

Resumo sobre o Coirem

O 1º Congresso Intercultural da Resistência dos Povos Indígenas e Tradicionais do Maraká'nà – COIREM – é uma iniciativa de diversos movimentos sociais, de povos indígenas e tradicionais com o objetivo de unir e fortalecer a resistência contra modelo dominante de desenvolvimento capitalista no Brasil, na América Latina e no mundo, em torno de uma pauta comum de lutas, reconhecendo e dando visibilidade aos processos de opressão e genocídio desencadeados contra as minorias sociais. E, em contraposição, organizando as comunidades tradicionais em conjunto com o movimento popular para ações efetivas de defesa da posse dos seus respectivos territórios originários, assim como a autonomia de gestão dos povos originários.

Convidamos a todos as resistências do Brasil, das Américas e do mundo a estarem presentes e compartilharem sua cultura, valores e experiências de luta e preservação de seu modo de vida. E, também, a assumirem e contribuírem na construção da primeira Universidade Intercultural dos Povos Indígenas e Tradicionais do Brasil.

O evento será composto por palestras, debates, mesas-redondas, plenárias, oficinas, exibição de painéis e muitos espaços de intercâmbio cultural. De forma a possibilitar o fortalecimento das lutas dos povos originários de defesa de seus valores, culturas e garantia do território de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 44./ 2014

Brasília, 11 de março de 2014.

suas aldeias, quilombos e de retomada de suas Tekoha (território ancestral em processo de conflitos e de reconquista).

O Coirem acontecerá em diversos espaços de formação superior do Estado do Rio de Janeiro no período entre 19 de abril e 20 de maio.

Prefeito Marcus Alexandre decreta situação de emergência em Rio Branco por causa da cheia

SÍTIO CONTILNET NOTÍCIAS, 11.03.2014

O documento será apresentando nesta quarta-feira, 11, ao secretário nacional de Defesa Civil.

O prefeito Marcus Alexandre assinou nesta segunda-feira, 10, o decreto 282, de 10 de março de 2013, alterando o decreto 111, de 4 de fevereiro de 2014, ampliando e atualizando a situação de emergência por conta da cheia do Rio Acre em Rio Branco. No primeiro decreto, assinado no dia 4 de fevereiro, foi reconhecida a situação de emergência em áreas afetadas pelas inundações e escorregamentos de solo em várias áreas das zonas urbana e rural. O documento será apresentando nesta quarta-feira, 11, ao secretário nacional de Defesa Civil, general Adriano Pereira Júnior, pelo senador Jorge Viana. "Choveu em dez dias o esperado para todo o mês de março", lembrou Marcus Alexandre ao assinar o decreto.

prefeito-decreto



Marcus Alexandre acompanha retirada das famílias atingidas pela cheia do rio Acre/Foto: Assessoria

As regiões atendidas pelo novo decreto são: Bairros 06 de Agosto, Santa Teresinha, Ayrton Senna, Adalberto Aragão, Aeroporto Velho, Terminal da Cadeia Velha, Baixada da Habitasa, Base, Conjunto Jardim Tropical (Rua 10 de Junho), Boa União, Glória, Cadeia Velha, Cidade Nova, Palheiral, Bahia Velha, Triângulo Novo, Taquari e Quinze. As áreas rurais são: à jusante da cidade de Rio Branco nas comunidades do Bagaço, Extrema, Colibri, Limoeiro, Boa Água, Quixadá, Panorama, Vista Alegre, Oriente, Ramal da Judia, Cajazeira, Catuaba, Extrema II, Liberdade, Belo Jardim (ribeirinho), e à montante da zona urbana da capital nas comunidades do Benfica (ribeirinho), Capatará, Moreno Maia (produtores residentes ao longo do Rio Acre e

CONT.



Caipora), Riozinho, Água Preta, Barro Alto e outros produtores ribeirinhos ao longo do Riozinho do Rôla, Vai se Ver, São Raimundo e Espalha.

Entre várias justificativas, o decreto considera a “necessidade premente de dar continuidade à adoção de medidas de proteção e garantir a segurança global da população que habita essas áreas” e que “o abrigo temporário no Parque de Exposições encontra-se instalado desde o dia 01.02.2014, perfazendo 39 dias de permanência das famílias com ações de assistência social, saúde, segurança alimentar e demais serviços essenciais”.

prefeito-decreto2

A elevação do nível do Rio Acre, que marcou 16,34 metros na tarde desta segunda-feira, e a previsão de que o manancial ainda vá continuar subindo nos próximos dias, estão entre os fatores que determinaram a ampliação da situação de emergência. Além disso, há atualmente 6.427 imóveis afetados pela enchente em 12 bairros. No primeiro decreto, haviam 2.189 imóveis atingidos.

Em muitos casos, a estrutura dessas edificações (prédios residenciais e comerciais) estão seriamente abaladas pela incidência das chuvas e seus efeitos. O novo decreto leva em conta também o grande acúmulo de chuvas desde o mês de novembro de 2013, agravando ainda mais a situação das famílias que vivem nas áreas de abrangência do decreto.

O novo decreto mantém vários dispositivos anteriores e acrescenta que os recursos do Município por si só não farão frente à grande demanda imposta pelo flagelo. Sobretudo, o decreto lembra que no último dia 4 de março, o Centro Nacional do Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (CMADEN) emitiu alerta de ‘risco alto’ para enchentes e inundações na capital do Acre, o que veio a se confirmar.

prefeito-decreto3

Decreto nº. 282 de 10 de março de 2014

“Altera o Decreto nº 111, de 03 de fevereiro de 2014, que declara situação anormal, caracterizada como situação de emergência nas áreas do município de Rio Branco afetadas pela ocorrência de inundações”.

O Prefeito do Município de Rio Branco, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais que lhe confere os artigos 58, inciso 87 e 92 caput da Lei Orgânica Municipal e em observância ao art. 2º, inciso III, do Decreto Federal nº. 7257, de 04 de agosto de 2010 e § 2º do art. 3º da Lei 12.340, de 1º de dezembro de 2010;

Considerando que o Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil, reconheceu a situação de emergência no Município de Rio Branco, através da Portaria nº 63, de 24 de fevereiro de 2014, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, p. 89, de 25 de fevereiro de 2014, declarada através do Decreto nº 111, de 03 de fevereiro de 2014;

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 44./ 2014

Brasília, 11 de março de 2014.

Considerando a evolução do cenário do desastre, bem como o incremento do grau de afetação e criticidade sobre a população atingida;

Considerando que o quantitativo pluviométrico no período de 01.11.2013 até 10.03.2014 já acumula 1.451,4 mm;

Considerando que, a partir do início do período de chuvas mais intensas, as precipitações ocorreram acima da média histórica excedendo em 10% no mês de novembro de 2013; 51% em dezembro de 2013; 39% em janeiro de 2014 e 4% em março (08.03.2014);

Considerando que a cidade de Rio Branco possui o mapeamento das áreas de risco hidrológico e geológico, realizado pela CPRM, por intermédio da elaboração do PMRR (Plano Municipal de Redução de Riscos);

Considerando a vulnerabilidade das pessoas à ocorrência de danos e prejuízos à sua integridade física, à vida e às perdas materiais;

Considerando a necessidade premente de dar continuidade à adoção de medidas de proteção e garantir a segurança global da população que habita essas áreas;

Considerando que a Prefeitura Municipal de Rio Branco já exauriu sua capacidade orçamentário/financeira de arcar com os custos de decorrentes das ações sociais, de socorro e assistência, e, demais despesas, inclusive com aluguéis sociais;

Considerando que o abrigo temporário no Parque de Exposições encontra-se instalado desde o dia 01.02.2014, perfazendo 39 dias de permanência das famílias com ações de assistência social, saúde, segurança alimentar e demais serviços essenciais;

Considerando que o Rio Acre ultrapassou a cota de transbordamento de 14m, atingindo o nível de 14,66 às 18h do dia 03.02.2014 (data do Decreto nº 111/2014) e 10.03.2014 atingiu o nível de 16,34 m às 12h;

Considerando o alerta 0217/2014 emitido no dia 04.03.2014, pelo Centro Nacional do Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais – CMADEN que indica o risco muito alto de inundação para o município de Rio Branco;

Considerando que já há mais de 6.427 edificações atingidas conforme levantamento realizado pelo Departamento de Gestão da Informação da Prefeitura de Rio Branco;

Considerando que, até às 12h do dia 10.03.2014, já existem 616 famílias, totalizando 2.390 pessoas -, no abrigo público municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Art. 1º do Decreto nº 111, de 03 de fevereiro de 2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 44./ 2014

Brasília, 11 de março de 2014.

“Art. 1º. Fica declarada situação anormal, caracterizada como SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, nas áreas afetadas pela ocorrência de inundações a seguir definidas: Área Urbana – Bairros 06 de Agosto, Santa Teresinha, Ayrton Senna, Adalberto Aragão, Aeroporto Velho, Terminal da Cadeia Velha, Baixada da Habitasa, Base, Conjunto Jardim Tropical (Rua 10 de Junho), Boa União, Glória, Cadeia Velha, Cidade Nova, Palheiral, Bahia Velha, Triângulo Novo, Taquari e Quinze; Área Rural – À jusante da Cidade de Rio Branco: Bagaço, Extrema, Colibri, Limoeiro, Boa Água, Quixadá, Panorama, Vista Alegre, Oriente, Ramal da Judia, Cajazeira, Catuaba, Extrema II, Liberdade, Belo Jardim (Ribeirinho). Área Rural – À montante da Cidade de Rio Branco: Benfica (Ribeirinho), Capatará, Moreno Maia (produtores residentes ao longo do Rio Acre e Caipora), Riozinho, Água Preta, Barro Alto e outros produtores ribeirinhos ao longo do Riozinho do Rôla, Vai se Ver, São Raimundo e Espalha.”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco-Acre, 10 de março de 2014, 126º da República, 112º do Tratado de Petrópolis, 53º do Estado do Acre e 131º do Município de Rio Branco.

Marcus Alexandre
Prefeito de Rio Branco